



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL - POSMEX**

**POLÍTICA PÚBLICA PARA INCLUSÃO DIGITAL DE JOVENS DE CACHOEIRA
SECA – CARUARU/PE**

RECIFE

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL - POSMEX**

**POLÍTICA PÚBLICA PARA INCLUSÃO DIGITAL DE JOVENS DE CACHOEIRA
SECA – CARUARU/PE**

Aline de Oliveira Bomfim

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco como exigência para obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Giuseppa Maria D Spenillo
Orientadora

Recife
Maior/2016

B695p Bomfim, Aline de Oliveira
Política pública para inclusão digital de jovens de Cachoeira Seca, Caruaru, PE /
Aline de Oliveira Bomfim. – 2016.
67 f. : il.

Orientadora: Giuseppa Maria Daniel Spenillo.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento
Local, Recife, BR-PE, 2016.
Inclui referências.

1. Juventude 2. Inclusão digital 3. Espaços rurais 4. Políticas públicas I. Spenillo,
Giuseppa Maria Daniel, orient. II. Título

CDD 303.44



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL - POSMEX**

Giuseppa Maria Daniel Spenillo
Universidade Federal Rural de Pernambuco (orientadora)

Irenilda de Souza Lima
Universidade Federal Rural de Pernambuco (examinadora interna)

Marcelo Sabbatini
Universidade Federal de Pernambuco (examinador externo)

Agradecimentos

Gratidão a todos que fazem parte da minha trajetória de vida, aos seres do mundo e universo, pois é possível um mundo de amor, harmonia e paz, sem sofrimento e violência, com respeito aos seres e natureza. “A vida não é uma pergunta a ser respondida. É um mistério a ser vivido” e que “a dor é inevitável, o sofrimento é opcional”(Buda).

Aqueles a quem devoto admiração e sentimentos de inspiração para lutar: Sidneia de Oliveira (mãe), Vandir Bomfim (pai – *in memoriam*) e Reinaldo Medeiros (padrinho – *in memoriam*). Aos três que sempre impulsaram e investiram na minha formação, também compreendo valores e ensinamentos, principalmente amor e amizade.

A Cláudia Bomfim (tia e primeira educadora) que me instruiu a ler e escrever dentro e fora da escola, a persistir e não desistir nos estudos.

A todas e todos professores que se dedicam a educação como algo para transformar um mundo, emancipar e libertar e os que são parte ou não na minha formação formal e pessoal.

A Eliane Araújo, pelas orientações, incentivos, paciência e sororidade sobretudo nos momentos de maiores tensões.

A Pacco (Pakito) pela ternura em quatro patas.

A amigas, amigos, colegas e educadores da UFRPE, desde o bacharelado em Ciências Sociais ao mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local/POSMEX, por lutarem dentro e fora do programa por uma academia construída coletivamente e de epistemologias alternativas.

A turma 2014 do Posmex, Eliane Araújo, Josiane de Moraes, Amanda Gonçalves, Vanessa Santiago, Juliana Freire, Carminha Amorim, Luís, Paula Vanessa, João Gabriel, Cristiane Rodrigues, Lucas Pereira, Eudo Jansen, Ricardo Brandão e Maurício Siqueira.

A Irenilda de Souza Lima e Maria Aparecida Tenório Salvador da Costa (Cida) pela energia acolhedora, pelas aulas, textos, debates, dicas, oportunidades, carinho e caronas e esforço e dedicação na condução do Posmex.

A Maria do Rosário Andrade de Fátima Leitão, pelas oportunidades, aulas e confiança.

A Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, Maria Salett Tauk Santos, Betânia Maciel, Angelo Brás Fernandes Callou, Paulo de Jesus e Francisco Roberto Caporal.

A Márcia Paraíso pela atenção e paciência.

A Marcelo Sabbatini por ceder seu tempo e atenção a este trabalho.

A Isolda Belo da Fonte (PIBIC/FUNDAJ) por continuar acreditando em nossa parceria.

A Giuseppa Spenillo orientadora de graduação e mestrado, por me acolher no COMUDI, pela confiança nos projetos e produções, pelos estímulos, a epistemologias alternativas, pelas orientações, (des)construções e me estender oportunidades.

A COMUDI por me apresentar as possibilidades de uma academia em conjunção com o social, mais humana, as comudianas e comudianos pela coletividade, amizade e aventuras.

A Felipe Souza (índio), me salvou, ufa!, Ana Carla do Carmo (Aninha) pelo carinho sempre e abraços apertados, Vanessa Santiago companheira de oficina e de aventuras acadêmicas, Conceição de Maria Carvalho Moura (Ceça) irmã-postiça, Josiane de Moraes e Charles Paiva parceiros, Fernando Sena (Nando) cúmplice, Joelma Patrícia (Paty) pela atenção, carinho e boas risadas, Kênia Freire pelo carinho, Lucas Patrese

companheiro de aventuras e cinéfilo, Gleiciane Vieira pelas aventuras, conselhos astrológicos e acadêmicos e boas gargalhadas, Thayse Limeira e Ana Arruda por compartilha a paixão pelo audiovisual, principalmente o cinema, José Machado e Rosália Dourado pelo apoio, João Bomfim (tio), Maria e Gabriel França ajuda e apoio. A comunidade de Cachoeira Seca, as e os jovens, sujeitos e agentes da pesquisa e das oficinas, a escola José Municipal Clemente de Souza, as funcionárias de serviço gerais pois se dispunham a trabalhar no sábado, dias de oficina do projeto, as funcionárias pedagógicas Ana Carmem, Iolanda, Ana Lúcia. A Elaine, Chico e Auriléa da gerência da juventude que dispuseram dados sobre Cachoeira Seca e os Assentamentos. Ao posto de saúde de Cachoeira Seca, as funcionárias Ludmila Gomes, enfermeira que disponibilizou o relatório de dados da população e em especial a Cícera, agente de saúde e moradora local, uma mulher empoderada que dedicou seu tempo, paciência e atenção sendo informante local. Sem Cícera foi possível falar com moradores em suas casas através de sua intermediação e aproximação, por compreender as configurações locais. Muita gratidão a Cícera sobretudo pela companhia, confiança e boas risadas. As mulheres moradoras locais que nos recepcionaram em suas casas, em particular Zumira e Severina (avó de Cícera) exemplos de perseverança, que mesmo a aridez do solo, escassez de chuvas e ações e políticas públicas para melhoria e qualidade de vida da localidade, não deixam de esboçar sorrisos de acolhimentos e boas-vindas.

Resumo

No contexto atual de processos de globalização [Santos, 2010], através das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), o exercício comunicativo ganha outras formas e provoca transformações nas relações sociais. No Brasil os principais adeptos às TDIC são os jovens, entre 15 e 29 anos. Destaque-se que os processos de inserção digital são desiguais, atendendo às estruturas de desigualdade que atingem o país. Desigualdades que se apresentam de modo acentuado em áreas rurais, e que remetem ao estudo das Políticas Públicas de inclusão digital. O trabalho analisa a aplicação de tais políticas públicas junto a jovens em Cachoeira Seca, área rural de Pernambuco, pretendendo-se um estudo de caso estendido [Burawoy, 1998]. Buscou-se interpretar (des)encontros entre tais políticas públicas e as expectativas dos jovens por participarem nos espaços digitais. Os resultados apontam que as políticas públicas não atendem às demandas locais, por estarem generalizadas para o âmbito nacional. O aporte teórico fundamenta-se nas leituras de Salet Tauk. Inclusão Digital; Boaventura de Sousa Santos, globalização. Epistemologia, metodologia; Norbet Elias, Configurações; Maria Nazareth Baudel Wanderley, Rural; Elisa Guaraná Castro e Maria de Assunção Lima de Paulo, Juventude Rural; Alberto Melucci, Epistemologia; Manuel Castells, identidades.

Palavras-chave: Juventudes; Inclusão Digital; Espaços Rurais; Políticas Públicas

Abstract

In the current processes of globalization [Santos, 2010], through Digital Information and Communication Technologies (DICT), communicative exercises take other forms and cause changes in social relationships. In Brazil, the main supporters at DICT are the youth between 15 and 29 years. Highlight digital insertion processes are unequal, given the country inequality structures. Inequalities so pronounced in Brazil rural areas, which report the question to the Public Policies of digital inclusion. The text analyzes how applications of such public policies enclosure youth in *Cachoeira Seca*, a rural area in Pernambuco/Brazil Northeast, trying an extended case study [Burawoy, 1998]. It aims to generate interpretations about possible meetings between such public policies and youth expectations for participating in digital spaces. Results show that public policies do not attend to local demands, since they are generalized to a nation scope. Theoretical bases are brings from Salet Tauk., Digital Inclusion; Boaventura de Sousa Santos, globalization. Epistemology, methodology; Norbet Elias, Configurations; Maria Nazareth Baudel Wanderley, Rural Areas; Elisa Guaraná Castro e Maria de Assunção Lima de Paulo, Rural Youth; Alberto Melucci, Epistemology; Manuel Castells, identities; Pedro Demo, Public Policies.

Key words: Youths; Digital Inclusion; Rural Areas, Public Policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
CGI.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil
CMSI – Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
COMUDI – Grupo de Estudos e Pesquisa em Comunicação, Direitos, Cidadania e Mudanças Sociais.
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
CMSI - Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação
EJ – Estatuto da Juventude
EMJCS – Escola Municipal José Clemente de Souza
FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
MC – Ministério das Comunicações
MCT – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério da Educação
MP – Ministério do Planejamento
MST – Movimento de Trabalhadores Rurais e Sem Terra
ONU – Organização das Nações Unidas
PCA – Pólo de Confecções do Agreste.
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RICD – Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SID – Secretaria de Inclusão Digital
SNJ – Secretaria Nacional da Juventude
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
TDIC – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco
WSIS – World Summit to the Information Society

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 01 – Visita na casa de moradores locais

Figura 02 – Acesso a Cachoeira Seca saindo da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) SEDE-Recife

Figura 03 - Entrada de Cachoeira Seca com estátua de Vigulino Ferreira da Silva (Lampião)

Figura 04 - Outdoors de publicidade de marcas de roupas na estrada

Figura 05 – Antenas parabólicas nas casas em Cachoeira Seca

Figura 06 – Jovens na durante as oficinas

Figura 07 – Jovens na durante as oficinas

Tabela 01 – Percentual de Domicílios que Possuem Acesso à Internet no Brasil (2010 a 2014)

Tabela 02 – Percentual de Domicílios que Possuem Computador no Brasil (2010 a 2014)

Sumário

Introdução	12
1. Metodologia	15
2. Aportes Teóricos	21
2.1. Cachoeira Seca: Configurações de um Rural	21
2.2. Juventudes no Rural: Jovens de Cachoeira Seca e as TIC e TDIC	27
2.3. TIC e TDIC, Comunicação, Inclusão Digital e Políticas Públicas	32
3. Conclusões	48
4. Referências	50
5. Artigo: Jovens, Espaços Rurais e Meios Digitais	54

Introdução

Esta pesquisa se desenvolve no âmbito dos estudos sobre juventudes, inclusão e mundo rural, trazendo para o debate acadêmico as políticas públicas de inclusão digital em vigor no Brasil. Especificamente analisamos a inclusão digital e/ou social dos jovens da localidade Cachoeira Seca área, rural de Caruaru/PE, tendo como objetivo analisar se as políticas públicas de inclusão digital atende às demandas desses jovens.

A importância do estudo se deve à necessidade de aportes para investigações e ações comprometidas com o universo que configura as juventudes nos espaços rurais e as políticas públicas de inclusão digital para jovens rurais, assim como a contribuição do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação nas práticas sociais, tais como garantia de direitos, o exercício da cidadania, o protagonismo e produção de novas identidades sociais.

No contexto atual de expansão dos processos de globalização (SANTOS, 2010), o exercício comunicativo ganha novos meios e formas, especialmente com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), nomeadamente o telefone celular, tablete, vídeo games e computadores.

Cada vez mais socialmente presentes e compartilhadas, as TIC e TDIC estão transformando as relações sociais, que passam a ser estabelecidas a partir de sua mediação, gerando novas práticas e sentidos. Essas transformações ocorrem como resultado dos processos de globalização (SANTOS, 2010), criando novas necessidades de consumo (CANCLINI, 2008; BAUMAN, 2008) dessas tecnologias, reconfigurando o espaço e o tempo das relações, das identidades e das estruturas sociais.

Neste sentido, atualmente o uso dessas tecnologias tem reconfigurado principalmente as formas de comunicação, a educação (educação a distância) e o acesso à informação (plataformas do governo federal) no que tange ao exercício da cidadania e direitos. No entanto, os processos de inclusão através do uso e acesso das TIC e TDIC são desiguais, pois refletem a má distribuição de renda no Brasil, marcado historicamente pelas desigualdades, ditaduras e pelas lutas por direitos sociais.

Com a revolução da informática e as transformações sociais que o uso e o acesso às TIC e TDIC possibilitariam ao paradigma da modernidade, em prol do desenvolvimento, foi realizada pela ONU/Organização das Nações Unidas a World Summit to the Information Society (WSIS) ou Cúpula Mundial sobre a Sociedade da

Informação (CMSI), entre 2003 e 2005, que tratamos mais adiante, nos Aportes Empíricos da Pesquisa.

Por outro lado, não se pode negligenciar as possibilidades do uso negativo das TIC e TDIC. As habilidades com as TIC e TDIC nem sempre são exercitadas de forma legal e positiva, como na invasão de sistemas de segurança que causam transtornos e desfalques, chamados de cibercrimes desde a Convenção de Budapeste (2001). Outro ponto negativo é o surgimento de enfermidades causadas pelo uso incessante de aparelhos e da internet, conhecidas como doenças cibernéticas.

O interesse em realizar esse estudo, deve-se as inquietações sobre juventude, políticas públicas e inclusão digital, percebidas durante a execução pelo COMUDI (Grupo de Pesquisa em Comunicação, Direitos, Cidadania e Mudanças Sociais - UFRPE) do projeto: *Inclusão Social e Desenvolvimento Local através do Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação* em Cachoeira Seca, comunidade pertencente ao segundo distrito rural da cidade de Caruaru, localizada no agreste e semiárido de Pernambuco, um dos vinte e sete estados brasileiros.

A chamada pública intitulada: *Apoio à Capacitação no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação para Juventude Rural*, realizada pelo Ministério das Comunicações (MC) através da Secretaria de Inclusão Digital (SID) com intermédio da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) selecionou projetos de extensão propostos por Universidades Federais e Institutos Federais de Ensino Superior (IFES), visando à inclusão digital e o aprofundamento de ações para o fortalecimento da institucionalização das políticas públicas de inclusão digital. Os principais objetivos da chamada foram: formação e capacitação da juventude rural no uso das TIC, respeitando a diversidade cultural e regional; qualificação e ampliação do número de conexões e equipamentos para acesso à internet em áreas rurais e remotas; ampliação e acessibilidade aos serviços públicos e às ações de cidadania nas áreas rurais e remotas e estímulo da atuação pautada na cidadania e na função social da educação superior. Dessa forma, foram construídas oficinas, com linguagens e técnicas diversas, direcionadas as demandas locais das e dos jovens de Cachoeira Seca.

Com o crescente número de usuários de jovens das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, busca-se compreender as políticas públicas de inclusão digital, para jovens no contexto rural, vigentes no país. Quais expectativas das e dos jovens são atendidas? De onde se parte quando se estabelece uma política pública de

inclusão digital? Quais as particularidades das e dos jovens moradores em áreas rurais são contempladas e o que fica silenciado, ausente, invisível?

Neste trabalho utiliza-se o Estatuto da Juventude, Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 aponta o corte etário de 15 a 29 anos de idade como parâmetro da categoria juventude, visando reconhece-se as e os jovens cidadãos portadores de direitos e deveres assim como agentes transformadores. Dirige-se as e os jovens de Cachoeira Seca, buscando as políticas públicas de inclusão digital nos espaços rurais, deve-se compreender como se configuram suas identidades locais e quais os contextos que as constituem.

Dessa forma, o estudo de caso estendido, por meio da observação participante (BUROWAY, 1998), apoia na compreensão da relação intersubjetiva entre pesquisador e participante, na necessidade de aproximação entre estes e na troca de saberes para construção de novos conhecimentos e novas práticas sociais desconstruindo e/ou (re)construindo paradigmas hegemônicos, nos motes dos processos de globalização (SANTOS, 2010).

Percebe-se hoje uma realocação da informação e das relações comunicativas, reorganizadas pela presença das TDIC na vida cotidiana, particularmente das e dos jovens, mesmo em espaços rurais afastados dos centros urbanos e das redes de serviços, públicas ou privadas. Nesse sentido, as políticas públicas aparecem como respostas a anseios coletivos e individuais – enquanto novos habitus (ELIAS, 2000) por participação nas dinâmicas e sentidos de inclusão social, nomeadamente a inclusão digital. No entanto, dada a generalidade de tais políticas, conforme se verá a seguir, jovens em espaços rurais brasileiros têm encontrado poucas respostas a suas demandas por participação nos meios digitais.

Este trabalho está dividido em: Introdução; 1. Metodologia; 2. Aportes Teóricos – 2.1. Cachoeira Seca: Configurações de um Rural; 2.2. Juventudes no Rural: Jovens de Cachoeira Seca e as TIC e TDIC; 2.3. TIC e TDIC, Comunicação, Inclusão Digital e Políticas Públicas; 3. Conclusões; 4. Referências; 5. Artigo: Jovens, Espaços Rurais e Meios Digitais.

1. Metodologia

Como fator característico, a juventude é retratada como a mudança de etapa de vida do indivíduo na sociedade de criança para o ser adulto. Na maioria das vezes o jovem não está preparado para essa transição geracional. Pois não se trata de uma escolha e sim uma consequência dentro das dinâmicas sociais no mundo globalizado (ELIAS, 1994).

Esta transição é marcada pelas referências culturais e sociais que se voltam para esses atores cobrando-os um amadurecimento para a vida adulta. O jovem, por sua vez, é reprimido por esse controle social, que impede as suas manifestações rebeldes e criativas, pois estas são consideradas ameaças ao convívio na sociedade, e às demais gerações.

Dessa forma, com ajuda das TIC e TDIC, como ferramentas para o exercício de comunicação e informação, os jovens poderão empoderar-se e protagonizar contribuindo na fomentação de debates sobre direito, cidadania, inclusão digital e social e políticas públicas, promovendo, assim, a construção de sujeitos sociais capazes de se situar e atuar de forma contundente em seus espaços de vida.

Através dessas discussões, sejam internacionais e/ou nacionais, pode-se vislumbrar a construção de políticas públicas que contribuam para inclusão digital. As políticas públicas são influenciadas pelas relações entre o global e o local, e serão desenvolvidas a partir das configurações e demandas locais ou não. Para Santos (2010), ao se tratar de políticas públicas é necessário compreender as características do local, buscando suas especificidades, para melhor atender às suas necessidades sem tentar generalizá-las através de uma visão presa ao global. Em Cachoeira Seca, como se verá, as políticas públicas de inclusão digital não têm correspondido à realidade na qual são implementadas.

Neste sentido o local aqui em estudo será compreendido a partir de Milton Santos (2000) e Boaventura de Sousa Santos (2000), e considerado por duas principais características: o ambiente rural e o clima semiárido. Cachoeira Seca faz parte do segundo distrito rural do município de Caruaru, localizado no semiárido Pernambucano.

A partir destes dados a metodologia da pesquisa orienta-se por uma análise quantitativa seguida da análise qualitativa dos dados. A pesquisa qualitativa refere-se a um nível de realidade mais subjetivo (significados, motivos, crenças, valores, atitudes e hábitos), que não pode ser quantificado por variáveis, exigindo do cientista social uma

investigação mais densa e minuciosa de cunho empírico. Com isso “[...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 2002, p.22).

Como técnicas para coleta de dados objetivos e quantitativos usou-se o estudo documental, através da pesquisa a documentos do poder público federal, estadual e municipal em fontes oficiais como as Secretarias Estaduais de Pernambuco e Municipais em Caruaru, e os Ministérios da Administração Pública Federal em suas páginas de internet e em publicações impressas; ainda, localmente, através do acesso a relatórios das Secretarias municipais de Caruaru e do Posto de Saúde de Cachoeira Seca. Concomitante a isto, foram realizadas entrevistas com representantes da Secretaria Estadual de Educação, Esportes, Juventude, Ciência e Tecnologia de Caruaru, a fim de compreender as ações realizadas em prol dos jovens rurais e eventuais obstáculos encontrados para a implantação de programas de inclusão digital.

Para a coleta de dados objetivos/subjetivos sobre jovens da comunidade em estudo e especificamente quanto à experiência de inclusão digital que trazemos como unidade referencial desta pesquisa, aplicamos a técnica da observação participante e da entrevista.

A observação participante se dá através do trabalho empírico na inserção do pesquisador em campo, percebendo-se a construção de um sistema de trocas de saberes e significados na relação entre os atores sociais envolvidos (pesquisadores e pesquisados). Para Peruzzo (2004, p.12) a observação participante requer a presença constante do observado no local estudado, a fim de que ele consiga “ver as coisas de dentro”. Outra ação importante para a autora é o compartilhamento pelo pesquisador, das atividades do grupo ou do contexto que está sendo investigado de modo consistente e sistematizado.

Brandão e Streck (2006, p.36) acredita que a partir desse método participativo podemos ser capazes de pensar em uma nova ciência que interprete o mundo social e as transformações sociais de uma forma dialética, a partir da “presença, da posição e dos interesses das classes populares”. Nessa perspectiva, outras qualidades são somadas como a reciprocidade entre pesquisador e pesquisado e, ainda, uma relação entre a prática a ação.

Abordar uma configuração social na perspectiva de conhecer suas histórias formadoras direciona o olhar do pesquisador para os fatos

(feitos), esse olhar nem puro nem ingênuo, preenchido por subjetividades e despertado por objetividades científicas como os paradigmas e as estruturas de pensamento. A perspectiva configuracional, ao ocupar-se dos processos sociais, seus direcionamentos e mutações, oferece ao sociólogo, ao antropólogo, ao etnógrafo apoios instrumentais (como a pesquisa documental, a abordagem comparativa, a reconstituição histórica das formações sociais) que lhe orientem na busca por compreender a vida em sociedade e as relações humanas que a constituem, de modo a lidar com as limitações dadas por seu próprio enredamento em sistemas de pensamento, relações sociais e afetivas, ideológicas e experiências (SPENILLO, 2013, p. 32).

Para Spenillo (2013) tomar-se por uma perspectiva configuracional implica em estar sensível para compreender os fatos no campo social, para quem pesquisa a sensibilidade promove uma abordagem mais próxima da pesquisa. Para Norbert Elias (2008) a importância da aproximação entre pesquisadores e pesquisados se deve ao reconhecimento do outro como semelhante, sendo este, parte da sociedade que estudamos, assim como nós. Segundo Elias (2008: 13) “Ao pensarmos na sociedade contemporânea, é difícil fugir ao sentimento de estarmos a encarar seres humanos como se fossem meros objetos, separados de nós por um fosso intransponível”. O autor se refere ao processo de individualização da sociedade moderna, causando um afastamento entre o indivíduo e o social. Ainda conforme Elias (2008) não há tal afastamento, pois, a sociedade é composta por indivíduos.

No sentido de conciliar as reflexões anteriores, na produção acadêmica atual, alguns críticos e estudiosos ressaltam uma tentativa de incluir a palavra e o olhar do(s) ator(es) pesquisado(s) na construção de novos saberes e práticas sociais. No entanto essa forma de inserção destes atores sociais no cultivo de novos discursos e narrativas sobre o mundo, ainda não desfaz por completo a estrutura de uma relação hierárquica entre: pesquisador e pesquisado. Pois há uma predominância de um conhecimento hegemônico, tanto filosófico como científico, que legitima uma razão por um contexto sociopolítico de visão ocidental. Para quebra destes paradigmas hegemônicos, Boaventura de Sousa Santos (2010) designa campos sociais importantes para multiplicidade de saberes: *Experiências de conhecimentos* e *Experiências de desenvolvimento, trabalho e produção*. Conforme Santos (2010):

Em primeiro lugar, a experiência social em todo mundo é mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental. Em segundo lugar, esta riqueza social está a ser desperdiçada. É deste desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativas, que a história chegou ao fim e outras semelhanças. Em terceiro lugar, para combater o desperdício da experiência, para tornar

visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhes dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como a conhecemos (SANTOS, 2010: 94).

As *Experiências de conhecimentos* incidem no embate entre diálogos possíveis e plurais de diferentes formas de conhecimento. As *Experiências de desenvolvimento, trabalho e produção* consistem em diálogos possíveis e plurais de diferentes formas e modos de produção, “nas margens ou subterrâneo das formas e modos dominantes” (SANTOS, 2010: 121). Da mesma forma, Alberto Melucci (2005) conduz o pesquisador social a uma leitura da ciência mais próxima da realidade, ao partir do suposto de que não há neutralidade absoluta. Há no espaço/campo um encontro intersubjetivo, uma troca de experiências e saberes, levada pelas relações racionais e emocionais entre pesquisador e pesquisado.

As estratégias metodológicas apresentadas neste trabalho emergem de preferências epistemológicas insurgentes, a partir de alternativas contra hegemônicas de estudos e práticas que valorizem, reconheçam, produzam, motivem e traduzam novos saberes e experiências na academia. Essas alternativas buscam apresentar novos olhares e discursos por meio da troca de experiência e saberes, construída na pesquisa de campo através da comunicação/interação entre pesquisadores e pesquisados.

O método de caso estendido, proposto por Michael Burroway (1998), surge de uma ciência reflexiva, que entende o lugar de pesquisa como algo complexo e que necessita de engajamento do pesquisador e não de distanciamento ou uma suposta neutralidade científica. O método de caso estendido utiliza a observação participante, buscando a compreensão daquilo que se estuda através da contextualização do espaço e do tempo. A interação entre o pesquisador e o pesquisado parte de uma relação intersubjetiva, em que o pesquisador se insere no contexto do pesquisado, interage e participa com os nativos locais. Nesse sentido, como forma de imersão no campo, nos instalamos em uma casa a fim de nos aproximarmos dos moradores locais e termos um ponto de referência na comunidade. Nos informávamos dos principais acontecimentos e interagíamos em idas a pontos comerciais, como mercado, farmácias ou simplesmente em andanças no local.

O método de caso estendido e a observação participante foram desenvolvidos na antropologia, mais especificamente na etnografia, esses elementos contribuem na aproximação e compreensão dos modos de vida da comunidade.

Para Norbert Elias (2008) a exteriorização do outro, esse olhar sobre o “outro” como algo externo a mim, é uma tentativa de afastamento e objetificação do sujeito, em que não é levado em consideração sua complexidade, ou seja, sua subjetividade e as configurações das quais está imerso. Logo não há afastamento ou neutralidade, pois, fazemos parte das mesmas estruturas sociais, só que configuradas diferentes. No sentido de focar em uma aproximação da comunidade, buscamos nas oficinas identificar as carências locais, e dentre elas ficou evidente a falta de opção e espaços de lazer.

Realizamos no período das oficinas, apresentações de filmes (curtas de animação) em locais indicados por moradores. Elas e eles contribuíam disponibilizando cadeiras, acomodando as e os jovens e ajudando na instalação dos equipamentos para as exposições. As mostras de filmes é parte das nossas estratégias de trabalho e combinou com uma das necessidades locais, a do lazer, conforme dito anteriormente. Um dos jovens, durante as oficinas, relatou: “aqui em Cachoeira não tem nada pra fazer, se a gente quiser se divertir tem que ir pra Caruaru” e os outros jovens confirmaram essa deficiência local de lazer reivindicando quadras de esportes e ainda atividades de cinema e teatro.

Na tentativa de quebrar com esses paradigmas hegemônicos, desfazendo a relação hierárquica entre pesquisador e pesquisado, Boaventura de Sousa Santos (2010) propõe a troca de saberes. A troca de saberes emerge das experiências sociais (relações intersubjetivas) e resultam em novos discursos e narrativas sobre o mundo. Dessa forma, o pesquisador não está construindo discursos sobre o que observa ou narrando acontecimentos e práticas, mas dando voz ao sujeito pesquisado.

Durante as oficinas as e os jovens nos faziam questionamentos sobre de onde morávamos, estudávamos e trabalhávamos, como nos divertíamos e para responder levávamos fotos do grupo, da universidade, familiares, conversávamos no intuito de instigar nossas semelhanças e não realçar nossas diferenças.

Paulo Freire (1983) critica a relação hierárquica ou de estrutura vertical, no ato de extensão rural, conforme praticado pelas agências de fomento ao desenvolvimento – onde pode-se perceber as políticas públicas de inclusão atuais. Para Freire (1983, p.11), “quem estende, estende alguma coisa”, ou seja, “a extensão de seus conhecimentos e de suas técnicas” é uma ação de fora para dentro e não uma relação de troca. Freire (1983) considera que o extensionista tradicional não busca compreender o contexto de espaço e tempo do local e sujeitos pesquisados, ele apenas sobrepõe seu conhecimento, tentando persuadir ou domesticar. A saída, para o autor, seria a comunicação, quando desfaz a

verticalização entre os sujeitos e permite uma relação horizontal de intersubjetividade, reciprocidade e participação, numa interação *dialógica-comunicativa*.

Nesse sentido, remete-se a Spenillo (2013, p. 35):

Mas, de fato, a questão é a seguinte: ciência não se faz em linha de produção. A volta de uma viagem etnográfica ou mesmo de um trabalho de extensão precisa ser digerida, temos que repensar certezas, rever perspectivas de mundo, retomar bases teóricas já não tão sólidas depois de tensionadas pelos fenômenos empíricos.

Acredita-se que epistemologias alternativas contribuem para emancipação científica de paradigmas positivistas que rejeitam estudos humanísticos e exaltam distinções e segregações entre: sujeito e objeto; natureza e sociedade e cultura, reduzindo as complexidades sociais e seguindo um modelo de desenvolvimento econômico excludente e desigual (SANTOS, 2010).



Figura 01. Visita na casa de moradores locais. Fonte: Arquivos Equipe COMUDI.

2. Aportes Teóricos

2.1. Cachoeira Seca: Configurações de um Rural

O Rural foi concebido como algo atrasado, sem graça e pobre dentro da visão de desenvolvimento de industrialização e urbanização, como algo que deveria ser superado. No entanto está havendo mutações nessas concepções ao longo dos anos. Para Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2000, p.96) estas transformações no meio rural são resultado de fatores externos e internos: o primeiro diz respeito as novas relações econômicas e políticas, na internacionalização do mundo, sobre funcionamento e regulação da produção agrícola e valorização do meio rural; o segundo, como consequência do primeiro, o meio rural passará por modificações, perdendo o caráter antagônico com o meio urbano em benefício das relações de complementaridade.

Ainda conforme Wanderley (2001, p.32) o espaço rural brasileiro está integrado à sociedade brasileira e às relações internacionais, não se tratando, portanto de um lugar isolado. Porém, a autora ressalta que se trata de um local que tem “particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba”.

A comunidade de Cachoeira Seca, como é chamado pelos moradores, pertence ao segundo ao segundo distrito rural de Caruaru, município de Pernambuco localizado a 135Km da capital, Recife. O acesso a Cachoeira Seca pode ser feito via BR-232 (158 km) ou PE-95 (187 km) saindo da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) SEDE-Recife, ponto de origem onde eram realizadas as viagens de pesquisa.

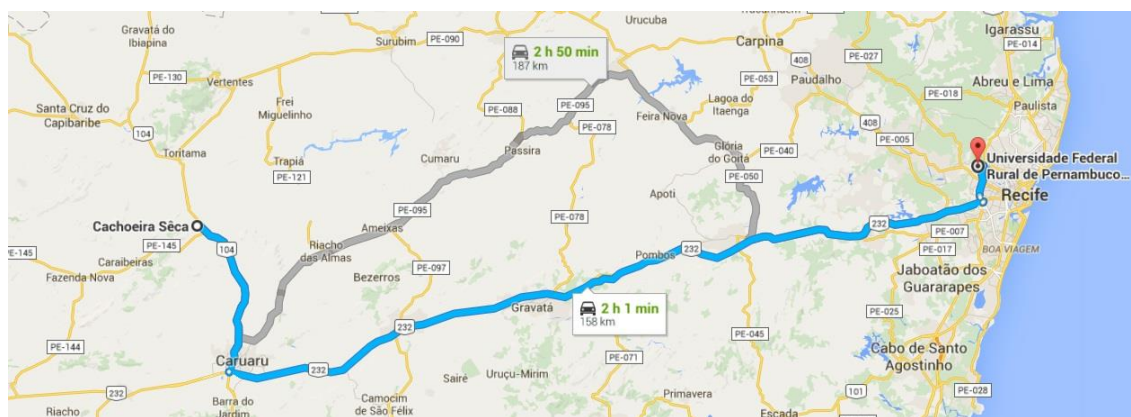


Figura 02 – Acesso a Cachoeira Seca saindo da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) SEDE-Recife. Fonte: Mapa Google 2016.

Caruaru está no semiárido¹ pernambucano, bioma característico no Brasil principalmente pela escassez de chuvas, o que remete a população à necessidade de outras fontes de produção econômica que não somente a agropecuária. Como parte integrante do Polo de Confeções do Agreste (PCA), que inclui seus vizinhos Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, são impulsionados pela produção da indústria têxtil a utilização da mão de obra local, que em sua maioria não é qualificada e muito menos garantida em direitos.

Caruaru possui 291.371 habitantes, sendo 154.107 do sexo feminino e 137.264 do sexo masculino de acordo com o Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNDU, 2010)², Caruaru possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM 2010)³ de 0,677 e Renda Per Capita de R\$ 553,99, abaixo da capital Recife com IDHM de 0,772, e renda de R\$ 1.144,26, mas acima de Toritama com IDHM de 0,618 e renda de R\$ 470,44, e Santa Cruz do Capibaribe IDHM de 0,648 e renda de R\$ 507,05. Os indicadores de habitação apontam que 89,22% dos domicílios possui água encanada, 99,68% com energia elétrica. Em Cachoeira Seca, segundo moradores locais, com cerca de 0,78% da população de Caruaru, a renda por família é de 1 a 3 salários mínimos⁴.

Os dados acima contribuem para a compreensão do cenário de desenvolvimento econômico de Caruaru, fator que influencia na possibilidade de aquisição de bens, acesso e consumo de serviços implicando, parcialmente, em qualidade de vida. O que os dados acima não nos revelam são os valores de atividades autônomas e/ou informais que geram renda no município especialmente através da indústria têxtil e agropecuária, principais motores econômicos locais.

Conforme relatos dos moradores, o sítio de Cachoeira Seca, como é conhecida na jurisdição administrativa municipal de Caruaru, surge a partir de uma cachoeira que

¹ Dados da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

² Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento é a rede de desenvolvimento global da Organização das Nações Unidas. O PNUD faz parcerias com pessoas em todas as instâncias da sociedade para ajudar na construção de nações que possam resistir a crises, sustentando e conduzindo um crescimento capaz de melhorar a qualidade de vida para todos. Fonte: <http://www.pnud.org.br/>

³ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é composto pelos componentes da Longevidade (Expectativa de vida ao nascer), Educação (Escolaridade da população adulta e Fluxo escolar da população jovem) e Renda (Renda per capita). Esse conjunto de indicadores compõem os índices: IDHM-L (Longevidade), IDHM-E (Educação) e IDHM-R (Renda). O IDHM é um número que varia entre 0 (zero) e 1 (um). Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano do município. Fonte: Pnud/Ipea/FJP

⁴ Valor do Salário Mínimo em 2016: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

só existia quando havia enchentes. Os moradores locais sobreviviam da agricultura (algodão; milho; feijão; abóbora; casas de farinha) ou do corte de cana na Zona da Mata Sul⁵. No entanto com o aumento na escassez de chuvas, típico do clima semiárido, com o crescimento da *feira da sulanca*⁶ de Caruaru e a chegada das fábricas têxtil, a agricultura foi dando lugar outras formas de sustento econômico.



Figura 03 – Entrada de Cachoeira Seca com estátua de Vigulino Ferreira da Silva (Lampião). Fonte: Arquivos Equipe COMUDI

Segundo os dados do relatório (2015) das áreas de abrangência da residência multiprofissional em saúde da família com ênfase na saúde da População do Campo e dados do relatório do Posto de Saúde de Cachoeira Seca em fevereiro de 2015, os habitantes de Cachoeira Seca estão distribuídos em dois assentamentos do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o sítio.

Os dois assentamentos estão nas redondezas um pouco afastados do sítio – assentamento Cachoeira Seca com 113 assentados, sendo 54 do sexo feminino e 59 do sexo masculino; e o assentamento Veada Morta com 117 assentados sendo 81 do sexo

⁵ Microrregião da Mata Meridional Pernambucana (Zona da Mata Sul): Municípios: Palmares, Escada, Sirinhaém e Barreiros.

⁶ “Santa Cruz do Capibaribe foi o pioneiro na produção de ‘Sulanca’ da região, tentando encontrar uma solução para a crise agrícola. Sulanca é uma corruptela das palavras sul e helanca, pois identificava os tecidos de helanca vindos do sul do país. Iniciando-se no final da década de 40 e início de 50, tinha uma produção artesanal” (LIRA, 2006).

feminino e 90 do sexo masculino⁷. O sítio Cachoeira Seca, onde realizou-se a pesquisa tem 2008 habitantes, sendo 1036 do sexo feminino e 972 do sexo masculino, conta com 01 escola municipal – que atende outras comunidades vizinhas do mesmo distrito – 01 posto de atendimento de saúde - composto por 06 funcionárias: 03 agentes comunitárias, 01 médica, 01 enfermeira e 01 técnica em enfermagem – 09 igrejas das quais 02 são de denominação católica e 07 são evangélicas.⁸ No mais, a localidade tem alguns lugares onde se pode comprar desde utensílios domésticos, alimentos, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, uma farmácia, bares, pequenas lojas de roupas e na maioria, senão todas, as casas fazem facções de jeans – improvisadas nos cômodos das casas com máquinas que vão desde as domésticas às industriais (facções; fabricos; confecções)⁹.

As facções, fabricos, confecções são prestadores de serviço a empresas do setor têxtil, podem ser formalizados ou não, neste caso em Cachoeira Seca - como ocorre em outros lugares na região do PCA de Pernambuco - as atividades não são regularizadas, as famílias trabalham informalmente, não possuem direitos trabalhistas, carteira assinada, salário ou auxílios médicos. O pagamento é estimado por produção, por quantidade de peças, o que resulta em jornadas indeterminadas de trabalho e a distribuição para demais membros da família, como os jovens.



Figura 04. Outdoors de publicidade de marcas de roupas na estrada. Fonte: Arquivos Equipe COMUDI.

⁷ Dados do relatório das Áreas de Abrangência da Residência Multiprofissional em Saúde da Família com ênfase na Saúde da População do Campo.

⁸ Dados do relatório do Posto de Saúde de Cachoeira Seca em fevereiro de 2015.

⁹ “Facção é o nome dado às confecções que prestam serviços para empresas do ramo que possuem marca própria e foco na comercialização, dentro da cadeia produtiva do setor têxtil. Em geral uma facção não vende seus produtos diretamente no varejo, realizando somente trabalhos de corte, montagem e acabamento de peças do vestuário para outras confecções” (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE).

As facções são predominantemente conduzidas por mulheres, os homens estão concentrados em outros setores como no transporte das produções, na segurança das empresas e fábricas, no conserto das máquinas, no comércio, dentre outros. O envolvimento de jovens no ramo da costura se inicia cedo, pois essa realidade está presente dentro de suas casas e é estendida para outros meios, o que começa com uma “ajuda” acaba se tornando profissão.

A aproximação dos jovens de Cachoeira Seca se deu por meio das atividades do projeto de inclusão digital na Escola Municipal José Clemente de Souza e dos demais nativos locais pelos funcionários do Posto de Saúde, com dados da população, informações sobre os serviços prestados e intermediação da interação com alguns moradores em suas casas.

A Escola Municipal José Clemente de Souza possui 48 funcionários e um total de 755 alunos distribuídos em: 71 na pré-escola ou educação infantil; 209 nos anos iniciais do ensino fundamental (1º a 4º série ou 1º ao 5º ano); 397 nos anos finais do ensino fundamental (5º a 8º série ou 6º ao 9º ano) e 78 na educação para jovens e adultos (EJA - supletivo). Esta escola pública é uma das 90 que atende estudantes de Cachoeira Seca e de outras localidades rurais circunvizinhas pertencentes à Caruaru.¹⁰

Há um laboratório de informática conquistado através do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo)¹¹ criado pelo Ministério da Educação (MEC) que visa promover o uso pedagógico de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas redes públicas de educação básica. O ProInfo distribui e instala laboratórios de informática, recursos digitais e conteúdos educacionais nas escolas e garante manutenção durante três anos, em compensação as prefeituras e governos estaduais devem garantir a estrutura adequada e capacitar os educadores para os equipamentos, assim como devem se responsabilizar para a conservação dos mesmos passado o prazo de três anos, o que não ocorre.

Segundo relato dos jovens e outros moradores locais não há transporte público – o que há são serviços improvisados de caminhonetes ou motos particulares – má qualidade na estrutura escolar – como creches, ensino médio, computadores com acesso à internet para uso dos alunos, biblioteca, laboratório e equipamentos de experimentos científicos, quadra e equipamentos esportivos – e ausência espaços de lazer - como

¹⁰ Dados QEDU: <http://www.qedu.org.br>

¹¹ Dados do Portal do MEC: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=236>

quadras esportivas, praças de convivência com equipamentos e atividades de ginástica, cinema, teatro – o que resultaria no aumento da violência, gravidez na adolescência, formação familiar antes dos 18 anos, e interesse cedo pelo trabalho, a fim de alcançar independência financeira e poder ter acesso à serviços, módulos avançados de ensino/educação e espaços de lazer em outras localidades, principalmente no centro de Caruaru.

Está também presente nas falas dos jovens o não reconhecimento do pertencimento de naturalidade/gentílico à Caruaru, como se o município fosse formado apenas pela parte urbana central. Podemos relacionar essa percepção de não reconhecimento/pertencimento ao distanciamento do poder público e a relação dicotômica de afastamento, dominação e/ou opressão entre rural e urbano, como atrasados e avançados.

A escassez ou ausência de políticas públicas que estimulem o empoderamento, o exercício da cidadania, a garantia de direitos e ao desenvolvimento local prejudicam o processo de construção de uma sociedade mais justa. Desta forma lugares como Cachoeira Seca, que não estão no epicentro dos interesses econômicos, mas que ainda sim fazem parte dele, alcançam apenas as pontas ou os restos, servem como peças descartáveis e quase invisíveis.



Figura 05. Antenas parabólicas nas casas em Cachoeira Seca. Fonte: Arquivos Equipe COMUDI.

As antenas parabólicas nas casas em Cachoeira Seca transmitem uma programação nacional dos monopólios midiáticos de centros urbanos do país. A programação local pertence ao centro urbano de Caruaru que também é gerada através de grandes emissoras de televisão e não alcança os aparelhos em Cachoeira Seca. Em um mundo em que a sociedade está cada vez mais conectada em redes através das

Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, Cachoeira Seca parece desconectada dessas transformações. As transformações nas relações sociais são inevitáveis e visíveis, mas os processos de acesso e uso são desiguais. Se direitos básicos não são garantidos, a cidadania só consegue ser exercida por meio do voto e o processo de empoderamento é apenas financeiro, de que adianta o acesso a bens de consumo? Que tipo de inclusão é ofertada? Essa falsa sensação de inclusão, empoderamento ou cidadania é “vendida” ou melhor, mercantilizada pelo consumo.

2.2. Juventudes no Rural: Jovens de Cachoeira Seca e as TIC e TDIC

Neste tópico o conceito juventudes encontra-se no plural, pois esta não é única, mas é múltipla e diversa, passando constantemente por construções, transformações e experiências através das relações sociais e processos identitários. Na perspectiva de Maria de Assunção Lima de Paulo (2011, p.296) as e os jovens são “agentes capazes de refletir e interferir no curso de suas vidas, de fazer a diferença e reinventar o social no cotidiano vivido, reproduzi-lo em meio a diferentes contextos de interação”. Para Paulo (2011, p.298/299)

[...] a juventude é uma construção social, entendida como um momento do curso da vida, que pode variar de um contexto para o outro. Mas, no meio rural ela é socialmente percebida como uma fase, não cronológica, mas definida por valores, construídos, alguns em referência ao seu modo de vida, muitos em referência a valores modernos, porém ressignificados naquele espaço.

No momento em que propomos um estudo sobre a inclusão/exclusão digital e social dos jovens pesquisados, temos que estar atentos às suas singularidades, pois se tratam de atores sociais que também convivem com o urbano, e carregam consigo paradigmas históricos negativos. Para Elisa Guaraná Castro (2009) a juventude rural se torna invisível quando a leitura realizada sobre ela é reducionista, tratando apenas do problema da migração do campo para a cidade. Castro (2009) alerta que existem fatores complexos que influenciam no processo de decisão entre ficar no campo ou sair para os grandes centros urbanos, resultando em uma construção confusa da categoria juventude rural. A autora afirma que “A própria imagem de um jovem desinteressado pelo meio rural contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, portadora de demandas sociais” (Castro, 2009, p.23).

Para Helena Wendel Abramo (1997, p. 25)

Tem crescido a atenção dirigida aos jovens nos últimos anos no Brasil, tanto por parte da ‘opinião pública’ (notadamente os meios de comunicação de massa) como da academia, assim como por parte de atores políticos e de instituições, governamentais e não governamentais, que prestam serviços sociais [...] De forma geral, e a grosso modo, pode-se notar uma divisão dos jovens nos meios de comunicação. No caso dos produtos diretamente dirigidos a esse público, os temas normalmente são cultura e comportamento: música, moda, estilo de vida e estilo de aparecimento, esporte, lazer. Quando os jovens são assunto dos cadernos destinados aos ‘adultos’, no noticiário, em matérias analíticas e editoriais, os temas mais comuns são aqueles relacionados aos ‘problemas sociais’, como violência, crime, exploração sexual, drogadição, ou as medidas para dirimir ou combater tais problemas.

Percebe-se que essa atenção voltada aos jovens tem dois lados: o primeiro exalta uma importância dada aos jovens, através do consumo de produtos que as e os diferencia, formando configurações de uma categoria padronizada para afirmação e aceitação no mundo social; e a segunda diminui essa importância apontando como fato uma possível vulnerabilidade a ‘problemas sociais’ já que as e os jovens estão se *preparando para uma vida adulta* e que os adultos são os responsáveis e portadores desses jovens para essa transição. Nota-se também que há uma tentativa de controle social e segregação na afirmação das desigualdades sociais, como forma de conter as massas periféricas, excluídas e marginalizadas.

Pode-se relacionar, também, estes fatos com aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 que reconhece como portador de direitos e proteção, crianças de até 12 anos de idade incompletos e adolescente entre 12 e 18 anos de idade (e também, excepcionalmente entre 18 e 21 anos de idade), buscando assegurar-lhes todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Art 3^a). Esta admissão maximiza uma certa visibilidade para afirmação de jovens como categoria e principalmente como promissores consumidores em formas de cidadãos Canclini (2008). A afirmação e o reconhecimento das e dos jovens por meio de uma identidade categorizada pelo consumo de bens, assim como sua aceitação e posição de lugar e espaço.

Com o avanço nos debates sobre juventude, foi aprovado em 2013, o Estatuto da Juventude (EJ), que considera-se jovens aqueles com idades entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, contudo esta categoria ultrapassa barreiras como faixa etária ou transição/preparação para adultez, mas é também estado de espírito. Utiliza-se o EJ

como parâmetro para tratar esta categoria pois reconhece-se as e os jovens cidadãos portadores de direitos e deveres assim como agentes transformadores. Para aproximar-se da juventude de Cachoeira Seca como lócus de compreensão da aplicação de políticas públicas de inclusão digital, devemos compreender como se formam suas identidades e quais os hábitos e configurações que as constituem.

O sujeito pós-moderno para Hall (2006) aparece a partir do processo de crise do sujeito sociológico que ocorre com a aceleração dos processos de globalização. Este fenômeno sucumbiu à estreita relação do sujeito/cultura devido a sua dinâmica nas transformações das relações sociais, na liquidez (BAUMAN, 2000) e complexidade da vida moderna, que irão influenciar no surgimento de um novo sujeito e de novas identidades. A fragmentação da identidade se origina na diversidade cultural e nas desigualdades sociais.

Por outro lado, Manuel Castells (1999a, p. 57/58) entende que identidade é,

[...] o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais. Afirmção de identidade não significa necessariamente incapacidade de relacionar-se com outras identidades (por exemplo, as mulheres ainda se relacionam com os homens), ou abarcar toda a sociedade sob essa identidade (por exemplo, o fundamentalismo religioso aspira converter o mundo). Mas as relações sociais são definidas *vis-à-vis* as outras, com base nos atributos culturais que especificam a identidade.

Para Manuel Castells (1999b: 22) a diversidade das identidades provém da “tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social”. A construção da identidade acontece a partir da assimilação de significados que são internalizados pelos sujeitos, num contexto marcado por relações de poder.

Conforme Castells (1999b, p. 24), a identidade é um processo de construção de significados, baseados na cultura, ou um conjunto de propriedades culturais que se relacionam entre si. Este último nos revela a conjuntura social, global, atual, que edifica seus parâmetros com base nessas convergências. Em respostas a elas, as configurações que permeiam a organização da conjuntura social local, produzirão novos significados e novas identidades, como afirma o autor:

[...] *Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais [...] *Identidade de resistência*: criada pelos atores sociais que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e

sobrevivência [...] *Identidade de projeto*: quando os atores sociais constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.

Para Castells (1999b), a identidade é algo fluido, mutante, transformada através das várias experiências acumuladas ao longo da vida e de condições sócio-históricas impostas no meio em que vivemos tanto influências por vias locais quanto globais – não necessariamente nessa ordem e proporção. São as influências locais e globais que produzirão novas demandas e organizarão formas de cognição do sujeito (objetivo e subjetivo) servindo de marco para a construção e/ou reconstrução das identidades pelo reconhecimento e a diferença.

A partir dessas complexidades e dinâmicas sociais vigentes, remetemos a Norbert Elias (1994), para quem a sociedade não pode ser vista separada do indivíduo. Toda e qualquer transformação no indivíduo implicará em mudanças nos seus campos sociais e também, ao contrário, firmará mudanças no indivíduo. Para Elias, os indivíduos em sociedade vivem em jogos de poder que indicam os que estão estabelecidos ou integrados em determinados sistemas ou configurações e os que estão *outsiders* em relação exatamente aos *estabelecidos*. Estes jogos de poder transformam todo o tempo as condições configuracionais dos grupos sociais.

Os processos de relação e transformação entre sociedade e indivíduo são denominados por Elias (1994) como psicogênese (indivíduo/sociedade) e sociogênese (sociedade/indivíduo). A mudança de etapa de vida do indivíduo na sociedade - de criança para o ser adulto – ocorre, para Elias (1994, p. 33), de forma brusca, pois:

Entre a vida nas reservas juvenis e no campo bastante restrito e especializado do trabalho adulto, raramente existe uma verdadeira continuidade. Muitas vezes, a transição entre os dois é uma ruptura brusca. [...] ele vive numa espécie de ilha afortunada de juventude e sonhos que marca um curioso contraste com a vida que o espera como adulto.

Portanto, o que Elias (1994) aponta é que as e os jovens, na maioria das vezes, não estão preparadas(os) para essa mudança de estágio. O ser adulto não se trata de uma escolha e sim uma consequência dentro das dinâmicas sociais no mundo globalizado. Esta transição é marcada pelas referências culturais e sociais que se voltam para esses atores cobrando-os um amadurecimento para a vida adulta. O jovem, por sua vez, é reprimido por esse controle social, que impede as suas manifestações rebeldes e

criativas, pois estas são consideradas ameaças ao convívio na sociedade, e as demais gerações.

Para visualizarmos a/o jovem como sujeito social em Cachoeira Seca nos remetemos ao estudo das categorias habitus, campo social e capitais simbólicos e culturais fundadas por Pierre Bourdieu (2007). O autor entende o habitus como um sistema aberto de disposições, ações e percepções que os atores sociais adquirem com o tempo em suas experiências – material ou simbólica. O *habitus* vai além do sujeito, pois compreende também às estruturas relacionais nas quais, está inserido, possibilitando a compreensão tanto de sua posição num campo quanto seu conjunto de capitais.

Quando tratamos dos jovens rurais pesquisados, observamos que seu habitus agrega um modo de vida que não cabe nem nos conceitos do rural e nem do urbano. Ele vive o meio termo, se o espaço geográfico o situa como rural, suas práticas e ambições o desloca para o urbano. Entre os jovens pesquisados, nenhum deles apresenta práticas ou interesses pela vida no campesinato.

A concentração de ações e políticas na área urbana de Caruaru nos indica que também há uma falta de interesse do poder público local em dar visibilidade aos jovens rurais, uma vez que as principais manifestações culturais e educativas ocorrem na área urbana.

A partir dessas ocorrências, nos questionamos sobre quais as formas de tornar os indivíduos invisíveis dentro de um campo social. A invisibilidade provém de uma estigmatização de um grupo sobre outro, o que de acordo com Norbert Elias (2000), parte de um grupo estabelecido que naturaliza a ação invisibilizadora sofrida pelo outro grupo designado como outsider. É o que percebemos na relação entre os jovens rurais (outsiders) e o poder público (estabelecidos), durante a realização da pesquisa.

Pierre Bourdieu (1996) denomina essa naturalização de doxa, e sugere que ela aconteça a partir de dominações simbólicas vivenciadas socialmente. Um tipo de dominação que, segundo o autor, ocorre como uma prática hegemônica silenciosa, que passa despercebida, o que a deixa mais difícil de ser confrontada pelos atores sociais. É o que percebemos nos jovens rurais de Cachoeira Seca.

2.3. TIC e TDIC, Comunicação, Inclusão Digital e Políticas Públicas

As TIC são, *procedimentos, métodos e equipamentos* que processam informação e comunicar advindos de um contexto revolucionário da informática, telemática ou industrial em meados dos anos 70. As TDIC são resultados de aprimoramentos das TIC, é a digitalização desses *procedimentos, métodos e equipamentos*, porém mais ágeis e rápidos, capazes de *captar, transmitir e distribuir* informações na forma de texto, imagem, vídeo ou som.

A definição de TIC e TDIC segundo Sérgio Ramos (2008, p.5),

Chamamos Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) aos procedimentos, métodos e equipamentos para processar informação e comunicar que surgiram no contexto da Revolução Informática, Revolução Telemática ou Terceira Revolução Industrial, desenvolvidos gradualmente desde a segunda metade da década de 1970 e, principalmente, nos anos 90 do mesmo século. Estas tecnologias agilizaram e tornaram menos palpável o conteúdo da comunicação, por meio da digitalização e da comunicação em redes para a captação, transmissão e distribuição das informações, que podem assumir a forma de texto, imagem estática, vídeo ou som. Considera-se que o advento destas novas tecnologias e a forma como foram utilizadas por governos, empresas, indivíduos e sectores sociais possibilitaram o surgimento da *Sociedade da Informação*.

Estas tecnologias agilizaram o conteúdo da comunicação, por meio da digitalização e da comunicação em redes para a captação, transmissão e distribuição das informações, que podem assumir a forma de texto, imagem estática, vídeo ou som. Considera-se que o advento destas novas tecnologias e a forma como foram utilizadas por governos, empresas, indivíduos e sectores sociais possibilitaram o surgimento da *Sociedade da Informação*.

A introdução das TIC e TDIC em nosso dia-a-dia está relacionada à revolução da informática, à necessidade de expansão do mercado, ao desenvolvimento industrial e econômico, a um novo paradigma de modernidade (tempo e espaço), a ideia de uma sociedade em rede (CASTELLS, 1999b) e/ou sociedade de informação/conhecimento, assim como uma cibercultura (LEVY, 2011) para o novo milênio que universalize valores e práticas sociais e contextualize as relações entre o global e o local (SANTOS, 2010).

No entanto para Spenillo (2013, p.201) é necessário distinguir informação e comunicação:

A comunicação contém características que lhe permite exercer um papel de mantedora e, ainda, de promotora das dinâmicas sociais, mais agudamente no mundo ocidental, a partir da modernidade – e mesmo nas sociedades contemporâneas, em que tanto os espaços públicos

quanto os espaços privados vêm se transformando em cenários informacionais. Mesmo nestes cenários, é a comunicação que proporciona o exercício das subjetividades e das intersubjetividades e, ainda, as formações culturais dos grupos sociais.

Podemos afirmar que a comunicação viabiliza a formação e a permanente transformação da sociedade, uma vez que é com a comunicação que os indivíduos se constituem, socializando-se, formando grupos, construindo identidades e as mais diversas formas de representações sociais. Dessa forma, segundo Juan Enrique Diaz Bordenave (1997, p. 16/17),

“[...] a comunicação não existe por si mesma, como algo separado da vida da sociedade. Sociedade e comunicação são uma coisa só. Não poderia existir comunicação sem sociedade, nem sociedade sem comunicação. A comunicação não pode ser melhor que sua sociedade nem esta melhor que sua comunicação. Cada sociedade tem a comunicação que merece. ‘Diz-me como é a tua comunicação e te direi como é a tua sociedade’.”.

Hoje, no contexto da globalização econômica, política, social e cultural, o exercício da comunicação ganhou novos meios e práticas, com as tecnologias de informação e comunicação (TIC's), especialmente as digitais (TDIC) ocupando um lugar importante neste processo. Pois, conforme Pierre Levy (1996, p. 95),

Nós, seres humanos, jamais pensamos sozinhos ou sem ferramentas. As instituições, as línguas, os sistemas de signos, as técnicas de comunicação, de representação e de registro informam profundamente nossas atividades cognitivas: toda uma sociedade cosmopolita pensa dentro de nós. Por esse motivo, não obstante as estruturas neuronais de base, o pensamento é profundamente histórico, datado e situado, não apenas em seu propósito mas também em seus procedimentos e modos de ação.

No âmbito acadêmico, as TIC's podem contribuir para viabilizar processos de ensino, pesquisa, extensão, e como tal, a produção de conhecimento, corroborando assim para a construção de um ambiente favorável para a inclusão social/digital de jovens, instrumentalizando-os de forma a conquistar visibilidade, e uma postura crítica e autônoma frente a seus grupos sociais.

Nesse ambiente, as TIC's como ferramenta para o exercício da comunicação e informação poderá contribuir na fomentação de debates sobre direito, cidadania e inclusão social/digital, promovendo assim, a construção de sujeitos sociais capazes de se situar e atuar de forma contundente em seus espaços de vida.

Em contrapartida, na sua obra “*Até que ponto, de fato, nos comunicamos?*”, Ciro Marcondes Filho (2004) questiona se, da maneira como é feita a comunicação, até que

ponto ela acontece na contemporaneidade. O autor argumenta que o que fazemos atualmente, com cada vez mais tecnologias, não é comunicação, pois na verdade somos iludidos pelas expectativas de realização e satisfação pessoal e grupal, produzidos e disseminados através de tais aparelhos.

Para o autor o termo comunicação na atualidade é uma palavra da moda, o que nos faz pensar nela, como um artigo ou acessório temporal, cobiçado e idealizado pela sociedade. Essa comunicação, como discorre Marcondes Filho (2004), está na moda porque é múltipla praticada por tudo e por todos, dos seres animados até os inanimados (pontes, postes, fios etc), em qualquer lugar, de várias formas. Trata-se da criação da necessidade de nos tornarmos visíveis e aceitos em espaços que se quer interagir, de nos mostrar, de nos fazermos vistos.

Conforme Marcondes Filho (2004) o *comunicar-se* atualmente, nada mais é do que uma ilusão de nossa época. Pois interagimos pelo auxílio tecnológico como a televisão, a internet, o telefone celular e outros, ou seja, sem a troca humana de olhar e gestos, a relação face-a-face. Para Marcondes Filho (2004, p. 15),

Comunicação é antes de tudo um processo, um acontecimento, um encontro feliz, o momento mágico entre duas intencionalidades, que se produz no 'atrito dos corpos' (se tornarmos palavras, músicas, ideias também como corpos); ela vem da criação de um ambiente comum em que os dois lados participam e extraem de sua participação algo novo, inesperado, que não estava em nenhum deles, e que altera o estatuto anterior de ambos, apesar de as diferenças individuais se manterem.

O autor entende a comunicação como um processo que começa na intencionalidade, envolvendo partes e provocando interesses, produzindo algo novo e inesperado, algo que transforme o estado precedente das partes abrangidas. Logo a comunicação não está nas tecnologias, pois esse processo nada mais é que informações que são repassadas, ou seja, transferência de mensagens. Para existir a comunicação é necessário que haja reciprocidade, troca entre os sujeitos, não se limitando à produção e interpretação dos signos e símbolos linguísticos, e à fala. A comunicação está também no silêncio, nos corpos, nos olhares e nos ambientes.

Com o avanço do processo de inserção, cada vez mais rápido, de tais tecnologias digitais em nosso dia-a-dia, estabelecemos nossas relações a partir da dependência delas para interagirmos. Como por exemplo, o uso crescente das redes sociais e aplicativos na internet, que facilitam a troca de informações e dados em tempo real, em vários espaços/lugares do mundo, com o maior número de pessoas possíveis. Outra facilidade

é o acesso a informações nos sites de busca e a repartição de atividades realizadas ao mesmo tempo, distribuídas em “janelas/abas”. É fato que tais ferramentas contribuam para algumas situações de introdução de atores sociais em determinados espaços/lugares, mas o processo não é igual para/com todos.

Anterior ao processo de inserção das TDIC's nas relações sociais, outros processos se deram, de forma analógica, como os correios, telegrafo, rádio, fotografia, cinema e a televisão, que por sua vez transformaram as formas de acesso à informação e a comunicação. As tecnologias anteriores as TDIC's também revolucionaram as formas de se relacionar intersubjetivas e objetivas em sociedade, assim como sua estrutura e organização, estabelecendo novos meios e maneiras de trocas, fosse de informação ou por meio da comunicação.

Dentro do paradigma funcionalista, na escola difusionista, com W. Schramm e P. Lazerfield, tais tecnologias contribuíram para difusão/transmissão de práticas, comportamentos e necessidades, através da publicidade e propaganda, como o uso do cigarro e de bebidas no cinema, as radionovelas e telenovelas, moda de roupas e acessórios. Contudo, antes de todas essas tecnologias, podemos dizer que a comunicação sobressaía à informação nas relações sociais?

A partir de Jürgen Habermas (1990) podemos diferenciar comunicação e informação, uma vez que para o autor a comunicação supõe atos, intencionais ou não, de fala, de gestos, de uso de signos, combinados através de uma relação de intersubjetividade entre dois sujeitos, que resultará em uma nova ação, espontânea ou com alguma intencionalidade controladora/dominadora. Conforme Habermas (1990) para distinguir comunicação de informação é preciso saber se:

[...] a linguagem natural é utilizada apenas como meio para a transmissão de informações ou também como fonte da integração social. No primeiro caso, trata-se no meu entender, de agir estratégico; no segundo, de agir comunicativo (HABERMAS, 1990: 71).

Portanto, o que o autor trata é da intencionalidade da ação, se esta é voltada a interação e entendimento dos indivíduos (agir comunicativo) ou para a dominação de um indivíduo ou grupo sobre outro (agir estratégico). A partir daí, Habermas (1990) afirma que o poder da fala para a compreensão do outro depende de regras mais severas, como por exemplo, que o grupo tenha o mesmo nível cultural. Essa teoria nos remete a esfera pública burguesa analisada por Habermas (2003, p.9) que a considera “uma categoria típica da época; ela não pode ser retirada do inconfundível histórico do

desenvolvimento dessa “sociedade burguesa” nascida no outono da idade Média europeia”. Spennillo (2008) indica que:

Nas sociedades derivadas da hegemonia em torno desse modo de vida burguês em que uma esfera pública se forma para dar visibilidade aos atos e posses dos indivíduos, encontramos destacada e expoente uma estrutura comunicativa e informativa (SPENILLO, 2008: 17).

Podemos entender que a ação comunicativa como propulsora de acordos entre os atores sociais, na leitura de Habermas, só ocorre dentro de determinados espaços sociais onde os sujeitos possuem um mesmo nível de cultura e educação, e ainda, quando as relações e falas produzidas não indicam uma ação de dominação, mas de troca de experiências e conhecimentos. A ação estratégica é onde permeia os traços da desigualdade entre os atores sociais. Por exemplo, políticas públicas de inclusão digital que não visam também a inclusão social, produzem exclusão através do acesso restrito não só ao uso de tecnologias, mas também da produção e do alcance de conhecimento e informações.

Pedro Demo (2007, p. 25) entende que,

Política social não é ajuda, piedade ou voluntariado. Mas o processo social, por meio do qual o necessitado gesta consciência política de sua necessidade, e, em consequência, emerge como sujeito de seu próprio destino, aparecendo como condição essencial de enfretamento da desigualdade sua própria atuação organizada. Política social emancipatória é aquela que se funda na cidadania organizada dos interessados. Ou seja, não trabalha com objetos manipulados, mas com sujeitos co-participantes e co-decisores.

Segundo Demo (2007) a política social (pública) não é um ato de compaixão do Estado, mas um processo social do qual os atores sociais que necessitem de algo, desenvolvam coletivamente propostas que garantam resultados a sua necessidade. Neste caso, os atores sociais aqui pesquisados, os jovens de Cachoeira Seca, não têm acesso a uma política de inclusão digital, porque as políticas públicas são desenvolvidas partindo do poder público para os jovens e não das demandas suscitadas por eles. Dessa forma, as falhas de comunicação entre o que o poder público entende como demanda dos jovens e o que estes realmente necessitam para melhor qualidade de vida, se deve as estruturas que estão presentes no caminho entre o poder público e os jovens.

Nesse sentido nos remetemos a Lavina Ribeiro (1996) que se apropria do legado habermasiano, na sua obra *Contribuições ao estudo institucional da comunicação*, para levantar duas hipóteses centrais: *configuração estrutural da comunicação* e a

legitimação institucional dos seus processos. Trata-se da questão dos fenômenos atuais de comunicação por meio de uma abordagem histórico-sociológica da informação e de qual lugar institucional ocupado pelas estruturas de comunicação nas sociedades contemporâneas.

O processo de institucionalização da comunicação se dá através da dicotomia público e privado, pois as instituições oferecem normas de conduta para adequação de um padrão de comportamento com intuito de estabelecer uma ordem social em que o indivíduo possa participar destas. Há uma redução da espontaneidade na comunicação, quando institucionalizada, através da nova lógica produtiva de caráter de mercadoria dividida entre as esferas pública e privada, por causa da supervalorização da razão, em função da oposição entre Estado, Mercado e sociedade.

Como exemplo da limitação da espontaneidade na comunicação observamos em nossa pesquisa que a presença do Estado, através do Ministério das Comunicações, como financiador e gestor de uma política pública, racionaliza e complexifica o processo de inclusão digital de jovens, ao implementar formas e as regras de prestação de contas e relatórios de execução de tais projetos, como os editais executados por universidades.

Observamos ainda que a comunicação entre Cachoeira Seca e o poder público se dá através de mecanismos institucionais locais. Nesta teia burocrática, podemos nos remeter a Ribeiro (1996), que indica como as instituições de comunicação edificaram um lugar próprio de existência, socialmente legitimado, através do processo histórico de amadurecimento das instituições possibilitando a criação, a demarcação e o desenvolvimento de princípios, normatizações, práticas e padrões de comunicação. A comunicação institucional, portanto, produz dentro da lógica racional hegemônica mecanismos de controle que inviabilizam uma espontaneidade no próprio exercício da comunicação. Trata-se de um processo informativo e não comunicativo, conforme Marcondes Filho (2004), e do agir estratégico em Habermas (1990), em detrimento da espontaneidade, da paixão e da comunicação.

É interessante observar que a criação e naturalização, na introdução de padrões de comportamentos nas sociedades referidas como complexas, se dá pelas instituições de comunicação. São criados ideais perfeitos de realidade, que suscitam idealizações e metas para realização de tais propósitos.

Para Ribeiro (1996), o conceito de cultura formulado na modernidade facilita vislumbrar o terreno concreto da existência humana em sociedade. Com isto, seus

processos interativos tendem a crescer de importância, na medida em que as sociedades tornam-se mais complexas e suas estruturas normativas mais universais, abstratas e gerais, superando os particularismos diversos das diferentes sociedades. É na modernidade que se inaugura a introdução de uma filosofia do uso da razão, que por sua vez irá favorecer a produção de estruturas normativas de legitimação nos campos do direito, da moral, da política, da transmissão e integração culturais, da socialização, da formação de identidades coletivas e individuais.

Contemporaneamente, as práticas coletivas de comunicação e informação adquirem de tal forma predominância entre as relações humanas, que podemos percebê-las como estruturais para as mais distintas esferas da vida, especialmente aquela esfera pública que se sobrepõe processualmente sobre a esfera privada, ao longo da formação das sociedades modernas industriais e dos estilos de vida que as sustentam (SPENILLO, 2011, p. 46).

Segundo Spenillo (2011), as formas de comunicação atual se devem às transformações sociais sofridas ao longo das sociedades modernas, que estão presentes nas várias esferas sociais. No entanto essas mudanças são intensificadas pelas crises (financeira global e ambiental) e conflitos (exclusão social e cultural de conhecimento, riqueza e poder) que caracterizam a primeira década do século XXI. A presença das TDIC nas relações sociais provocam novas práticas coletivas de informação e comunicação, produzindo novas redes sociais.

As redes digitais reproduzem antigas formas de organização humana, porém produzidas a partir da necessidade de novas práticas de comunicação, a fim de atender as demandas sociais, econômicas, políticas e ambientais que surgiram a partir da crise do capitalismo no final do século XX. Conforme Castells (1999^a, p. 2):

[...] as tecnologias digitais de formação de redes, características da Era da Informação, alimentaram as redes sociais e organizacionais, possibilitando sua infinita expansão e reconfiguração, superando as limitações tradicionais dos modelos organizacionais de formação de redes quanto à gestão da complexidade de redes acima de uma certa dimensão. Como as redes não param nas fronteiras do Estado-nação, a sociedade se constituiu como um sistema global, prenunciando a nova forma de globalização característica do nosso tempo. No entanto, embora tudo e todos no planeta sentissem os efeitos daquela nova estrutura social, as redes globais incluíam algumas pessoas e territórios e excluía outros, induzindo, assim, uma geografia de desigualdade social, econômica e tecnológica.

Segundo Castells (1999a), essa nova estrutura social coloca o sujeito que não está inserido nas redes digitais, como um excluído socialmente, o que gera um novo

processo de desigualdade social, em que a partir do acesso a tecnologia digital de uns, provoca-se a exclusão de outros – os que não possuem acesso e/ou praticam o uso. A partir dessa leitura nos remetemos à questão do direito à comunicação, discorrendo de que maneira este direito é efetivo ou legitimado dentro do universo dos atores pesquisados. Antes, devemos questionar “de que direitos estamos falando, quais são os seus atributos e que indicadores podem medir a sua efetivação” (SPENILLO, 2008: 5).

Cicilia Peruzzo (2005) trata respectivamente de questões sobre inclusão digital e suas possibilidades de favorecer “no processo de constituição e ampliação dos direitos de cidadania” (p. 284). Dessa forma, aborda uma visão coletiva do direito à comunicação, sobre uma perspectiva do reconhecimento de problemas coletivos, que compreendem os sistemas sociais e político econômicos, que por sua vez criam um contexto de desigualdade e exclusão na produção e concentração de riquezas. Para a autora,

[...] direito à comunicação na sociedade contemporânea requer a negação da concentração da mídia nas mãos de grandes grupos econômicos e políticos; pressupõe o direito a mensagens fidedignas e livres de preconceitos; e inclui o direito ao acesso ao poder de comunicar. Ou seja, pressupõe que o cidadão e suas organizações coletivas possam ascender aos canais de informação e comunicação – rádio, televisão, Internet, jornal, alto-falantes etc. – enquanto emissores de conteúdos, com liberdade e poder de decisão sobre o que é veiculado. Nessas condições, o cidadão se torna sujeito, assumindo um papel ativo no processo de comunicação. Os meios de comunicação são bens públicos constituídos pelo conhecimento acumulado pela humanidade. Pertencem à coletividade e a ela devem estar subordinados. (PERUZZO, 2005, p.40).

Portanto quando nos remetermos aos jovens de Cachoeira Seca, colocamos em questão se eles têm possibilidades de alcançarem e exercerem o direito à comunicação. Conforme apresentado anteriormente, nas configurações locais, observamos que como jovens de zona rural eles sofrem com precariedades como o fornecimento de saneamento, coleta do lixo, transporte, internet, entre outros serviços básicos já equacionados pelas condições gerais de vida em sociedade e ofertados à grande maioria da população mundial. Diante deste cenário, qual a possibilidade para que esses jovens realmente exerçam o direito à comunicação, se eles não possuem acesso a direitos básicos?

É nesse contexto que as redes virtuais/digitais possibilitam a reconfiguração das múltiplas esferas públicas em que estão inseridos os atores sociais em questão, os

jovens de Cachoeira Seca através de suas formas de organização e de configuração diante do uso e acesso a TIC.

	2010	2011	2012	2013	2014
AREA					
Urbana	31%	43%	44%	48%	54%
Rural	6%	10%	10%	15%	22%
REGIÃO					
Sudeste	36%	49%	48%	51%	60%
Nordeste	11%	21%	27%	39%	37%
Sul	30%	45%	47%	51%	51%
Norte	14%	22%	21%	26%	35%
Centro-Oeste	33%	39%	39%	44%	44%
RENDA FAMILIAR					
Até 1SM	3%	6%	7%	11%	17%
Mais de 1SM até 2SM	13%	21%	22%	27%	37%
Mais de 2SM até 3SM	30%	38%	49%	52%	59%
Mais de 3SM até 5SM	48%	58%	67%	70%	76%
Mais de 5SM até 10SM	70%	76%	83%	84%	89%
Mais de 10SM	86%	91%	91%	91%	95%

Fonte: CGI.

Através da Tabela 01, acima, observa-se o crescimento nos últimos anos de domicílios que possuem Internet no país. Um crescimento significativo de 6% para 22% no meio rural, assim como na região nordeste de 11% para 37% e domicílios com onde a renda familiar é de até 3 salários mínimos, 3% para 17%; de 13% para 37% e 30% para 59%.

	2010	2011	2012	2013	2014
AREA					
Urbana	39%	51%	51%	53%	55%
Rural	12%	16%	15%	21%	23%
REGIÃO					
Sudeste	45%	57%	54%	57%	59%
Nordeste	14%	25%	31%	34%	37%
Sul	42%	56%	55%	58%	57%
Norte	23%	32%	30%	32%	33%
Centro-Oeste	40%	47%	46%	49%	48%
RENDA FAMILIAR					
Até 1SM	6%	10%	10%	15%	17%
Mais de 1SM até 2SM	20%	28%	29%	33%	37%
Mais de 2SM até 3SM	42%	48%	57%	58%	61%
Mais de 3SM até 5SM	60%	67%	75%	78%	77%
Mais de 5SM até 10SM	78%	84%	89%	88%	91%
Mais de 10SM	89%	93%	94%	92%	96%

Fonte: CGI.

Na Tabela 02 observa-se outro crescimento no número de domicílios que possuem computador de 2010 a 2014. Na área rural de 12% para 23%, na região

nordeste 14% para 37% e em domicílios com onde a renda familiar é de até 3 salários mínimos de 6% para 17%, de 20% para 37% e de 42% para 61%.

Nesta direção, salientamos algumas outras questões relacionadas ao uso e acesso às TIC, que consideramos relevantes ao debate da comunicação como direito: 1) as TIC como ambiente para participação política, exercício, garantia e igualdade de direitos; 2) o uso das TIC para respeito e exercício da liberdade, pluralidade e diversidade através da troca de experiências e saberes (locais/globais); 3) Ações que multipliquem, qualifiquem e democratizem o acesso e uso das TIC, principalmente em zonas rurais e de periferia.

Através da participação política, salientamos aqui a importância do coletivo Intervozes¹² que nos indica,

[...] o direito à comunicação é indissociável do pleno exercício da cidadania e da democracia: uma sociedade só pode ser chamada de democrática quando as diversas vozes, opiniões, culturas e raças que a compõem têm espaço para se manifestar (Intervozes, <http://intervozes.org.br/quem-somos/>).

Atualmente, o tema da inclusão digital vem tomando espaço nos campos acadêmico, econômico e no político. Diversas iniciativas empresariais e governamentais (globais e locais) visam resultados de um processo tecnológico, que ainda possui intenções e resultados duvidosos.

Neste sentido, para obter os conhecimentos necessários para lidar com TIC, foi criado no Brasil o programa “Sociedade da Informação”, que logo foi extinto por causa da mudança do governo federal em 2003, cujo objetivo seria “[...] integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão de todos os brasileiros na nova sociedade” (TAKAHASHI, 2000, p.10).

Quando refletimos sobre, Sociedade da Informação ou do Conhecimento, podemos dizer que essa informação ou conhecimento é transmitido, compartilhado, produzido por todos os atores sociais de forma igualitária, ou apenas se concentra em grupos? Esses grupos representam todos os atores sociais nas suas diversidades e pluralidades?

¹² O Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação é uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil. O coletivo é formado por ativistas e profissionais com formação e atuação nas áreas de comunicação social, direito, arquitetura, artes e outras, distribuídos em 15 estados brasileiros e no Distrito Federal. Cada associada e associado do Intervozes é, ao mesmo tempo, promotor(a) de ações locais e colaborador(a) na formulação e realização de estratégias nacionais adotadas pelo coletivo. Link do Site: <http://intervozes.org.br/quem-somos/>

No que tange às TIC, podemos pensar que os resultados das iniciativas, sejam elas públicas ou privadas, variam desde os impactos locais que essa inserção pode causar, passando pela forma que elas são atribuídas, onde elas serão acessadas e por quem será acessada, tudo isso dependerá do contexto no qual elas emergem.

Nas condições de desigualdades que incluem poucos e excluem milhares neste país, de que forma podemos pensar a inclusão digital e a inclusão social?

Segundo Maria Salett Tauk Santos (2009, p. 140),

A expressão inclusão digital vem do termo digital divide, em inglês, é algo como divisória digital. Também pode significar democratização da informação e universalização da tecnologia. Existe uma crença generalizada na sociedade contemporânea de que a inclusão digital significa melhorar as condições de vida com ajuda da tecnologia; atingir melhorias sociais a partir do uso do computador; o que possibilita a conexão dos indivíduos em rede.

Conforme Tauk Santos (2009), a inclusão digital pode significar democratização e universalização, da informação e da tecnologia, assim como há na sociedade contemporânea uma crença de que são sinônimos de melhoria das condições de vida. Se partimos da primeira ideia, entendendo a inclusão digital como processo, a democratização, dependeria do contexto principalmente político e econômico, quanto a universalização, esta dependeria do contexto de universalidade do processo de inclusão, o que na prática não acontece.

Para atender as necessidades da inserção das TIC e TDIC no desenvolvimento global, a ONU criou a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI). A sua primeira fase foi realizada em Genebra no mês de dezembro de 2003, onde a CMSI, formulou a Declaração de Princípios e o Plano de Ação de Genebra, divididos em eixos temáticos para a construção da Sociedade de Informação.

Os eixos temáticos da Declaração de Princípios são: a) nossa visão comum de uma sociedade da informação (18 tópicos); b) uma sociedade da informação para todos (45 tópicos); c) rumo a uma sociedade da informação para todos baseada no conhecimento compartilhado (3 tópicos).

O Plano de Ação está dividido da seguinte forma: a) introdução (3 tópicos); b) objetivos, finalidade e metas (4 tópicos); c) linhas de ação (18 tópicos); d) agenda de solidariedade digital (1 tópico); e) acompanhamento e avaliação (1 tópico); f) em direção à 2ª fase CMSI Túnis (1 tópico).

Os documentos visam promover não apenas o acesso a informação e a produção de conhecimento, mas também a igualdade de gênero e autonomia das mulheres,

melhorar os sistemas de saúde e combater doenças, a sustentabilidade ambiental, a defesa, exercício e garantia de direitos e da liberdade, incluindo a liberdade de expressão.

A segunda fase da Cúpula Mundial ocorreu em Túnis em dezembro de 2005, resultando no Compromisso de Túnis (40 princípios) e na Agenda de Túnis (122 tópicos) para a Sociedade da Informação. Este último também está dividido em eixos temáticos: a) introdução (2 tópicos); b) mecanismos financeiros para enfrentar os desafios das TIC para o seu desenvolvimento (25 tópicos); c) governança da internet (53 tópicos); d) implementação e acompanhamento (39 tópicos);

Esses dois documentos reafirmaram as formulações da primeira fase, propagando os benefícios das TIC para a sociedade e estabeleceram novas metas a longo prazo. Também pretenderam acompanhar as mudanças ocorridas até então, com foco no desenvolvimento econômico para redução do abismo digital, na governança da Internet e questões relacionadas (Documento da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, 2014).

Para situar os objetivos da CMSI, com intuito da aceitação e adesão das TIC e TDIC Declaração de Princípios de Genebra reconhece nos jovens a força de trabalho do futuro, a principal energia criadora e os primeiros a adotar as TIC. Assim os jovens deverão buscar desenvolver suas capacidades estudantis, desenvolvedora, colaboradora, empresarial e tomadora de decisões (CGI, 2014).

Baseados na Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Declaração do Milênio, a CMSI busca desenvolver uma visão de sociedade global através do uso das TIC (SELAIMEN; LIMA, 2004). No sentido de que todos possam criar, acessar, utilizar e compartilhar informação e conhecimento (Documento da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, 2014).

Os interesses da Cúpula estão diretamente ligados as metas do milênio: promover o desenvolvimento sustentável, a minimizar os conflitos entre Norte e Sul, a melhoria da qualidade de vida.

No Brasil o debate sobre as TIC e TDIC tem crescido consideravelmente com ajuda do Estado, através de organização governamentais como Comitê Gestor da Internet (CGI)¹³, da Academia, com estudos científicos, e da Sociedade Civil, com

¹³ O Comitê Gestor da Internet no Brasil tem a atribuição de estabelecer diretrizes relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil e diretrizes para a execução do registro de nomes de domínio, alocação de endereço IP (Internet Protocol) e administração pertinente ao domínio de primeiro

coletivos como Intervezes, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)¹⁴ e a criação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS).

O Comitê Gestor da Internet no Brasil entende que:

O acesso às novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), em particular o acesso à Internet e aos dispositivos móveis, é condição necessária para que governo, organizações e cidadãos operem sob o paradigma da sociedade da informação e do conhecimento. As disparidades regionais e socioeconômicas em relação ao acesso às TIC que ainda enfrentamos em nosso país requerem do governo políticas públicas efetivas que sejam construídas a partir de evidências e dados estatísticos sobre a infraestrutura tecnológica disponível nos domicílios e empresas, além do panorama das atividades realizadas, das habilidades e das competências no uso dessas novas tecnologias (Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e Empresas 2012 Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013, p.29).

Em suma, para o CGI o acesso às TIC's "é condição necessária" para a inclusão social e digital dos cidadãos, no que tange o contexto das sociedades contemporâneas, que com a advento da globalização fez surgir uma nova cultura e forma de poder, que ocorre através do acesso a informação. No entanto, Manuel Castells (1999a) nos indica que:

No fim do segundo milênio da Era Cristã, vários acontecimentos de importância histórica transformaram o cenário social da vida humana. Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável (CASTELLS, 1999, p.39).

Atualmente algumas iniciativas têm sido tomadas por parte do governo federal que visam atuar por meio da inclusão digital para participação política do cidadão na sociedade do conhecimento. Com o intuito de garantir e disseminar o uso das tecnologias da informação e comunicação orientadas ao desenvolvimento social,

nível "br". Também promove estudos e recomenda procedimentos para a segurança da Internet e propõe programas de pesquisa e desenvolvimento que permitam a manutenção do nível e qualidade técnica no uso da Internet.

¹⁴ O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) milita pelo direito à comunicação há mais de vinte anos, agindo de diversas formas, como na luta pela Lei da Mídia Democrática e integrando a campanha "Para Expressar a Liberdade". O FNDC também atuou para a concepção do conceito de Radiodifusão Comunitária, a regulamentação da cabodifusão, a reforma da Lei de Imprensa e a criação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS).

econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico à comunidades e segmentos excluídos (GOVERNO FEDERAL, 2015).

Para conhecermos melhor essas iniciativas de inclusão digital listamos abaixo:

Banda Larga nas Escolas – lançado em 2008 tem como objetivo levar internet a todas as escolas públicas urbanas. A gestão é feita em conjunto pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com as Secretarias de Educação Estaduais, Municipais, Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), Ministério das Comunicações e Ministério do Planejamento.

Casa Brasil – lançado em 2004 tem como objetivo levar computadores e conectividade às comunidades localizadas em áreas de baixo índice de desenvolvimento (IDH) através de telecentros com internet banda larga utilizando software livre.

Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs)– lançado em 2012 tem como objetivo a capacitação de jovens de baixa renda através da recuperação de computadores usados, doados para laboratórios de escolas, bibliotecas e telecentros. Assim como a conscientização do descarte de resíduos eletrônicos.

Cidades Digitais – lançado em 2012 tem como objetivo modernizar a gestão, ampliar o acesso aos serviços públicos e promover o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Computadores para Inclusão – lançado em 2007 tem como objetivo a formação de jovens de baixa renda em situação de vulnerabilidade social através do recondicionamento e manutenção de equipamentos de informática e na conscientização ambiental sobre os resíduos eletrônicos.

Inclusão Digital da Juventude Rural – lançado em 2011 tem como objetivo capacitar jovens de áreas rurais no uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) para que estes atuem como produtores e multiplicadores de informações e representações locais. Com gestão da Secretaria Nacional da Juventude e do Ministério das Comunicações os projetos são desenvolvidos por universidades federais através de editais com duração de 12 a 24 meses.

Oficina para a Inclusão Digital e Participação Social - OID– lançada em 2001 é um encontro anual de debate e promoção de estratégias, políticas públicas e diretrizes de acesso e uso das Tecnologias de Informação e da Comunicação (TICs).

Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos – tem como objetivo facilitar a aquisição de computadores de qualidade com software livre e internet para a população que não tem acesso.

Programa Governo Eletrônico - Serviços de Atendimento ao Cidadão - GESAC – tem como objetivo oferecer gratuitamente conexão à internet em banda larga (via terrestre e satélite) a telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos. A gestão é do Ministério das Comunicações.

Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais – tem como objetivo implementar recursos para o atendimento educacional especializado para alunos das redes estaduais e municipais de educação com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Programa de Inclusão Social e Digital – tem como objetivo ampliar o acesso às tecnologias da informação através da capacitação de jovens para o mercado de trabalho. Assim como contribuir para Programa Computador para Todos.

ProInfo Integrado – tem como objetivo o uso didático-pedagógico das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na escola através da articulação e distribuição de equipamentos e conteúdos multimídia e digitais.

Redes Digitais da Cidadania – lançado em 2012 tem como objetivo promover a formação no uso de tecnologias de informação e comunicação e a qualificação para uso da internet em espaços públicos de acesso livre.

Telecentros – são espaços sem fins lucrativos que tem como objetivo o acesso público e gratuito com computadores conectados à internet para redução da exclusão social.

Territórios Digitais – lançado em 2008 tem como objetivo oferecer acesso gratuito à informática e internet para populações rurais por meio das Casas Digitais. Gestor Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Um Computador por Aluno – lançado em 2010 tem como objetivo promover a inclusão digital pedagógica e o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem de alunos e professores das escolas públicas brasileiras através de computadores portáteis.

Observar-se que a maioria das iniciativas de inclusão digital são desenvolvidas ou beneficiam em sua maioria áreas urbanas, e que os jovens rurais sofrem desigualdades em relação aos urbanos, pois o acesso e as oportunidades não são iguais.



Figura 0. Jovens durante as oficinas. Fonte: Arquivos Equipe COMUDI.



Figura 0. Jovens durante as oficinas. Fonte: Arquivos Equipe COMUDI.

3. Conclusões

Durante o processo de pesquisa compreendemos a distância entre as propostas das políticas públicas de inclusão digital para jovens no contexto rural e a realização das mesmas. Na comunidade de cachoeira Seca, embora tenhamos seguido uma prática dentro da metodologia proposta, a falta de estrutura local foi um obstáculo para chegarmos a incluir esses jovens no mundo digital.

A ausência de redes de internet pública, pois o único espaço coletivo público, a escola, não disponibiliza acesso a rede wifi para as e os jovens. O acesso a rede wifi é restrito aos professores, pois, esta foi contratada a partir de uma contribuição entre eles e não da infraestrutura da rede pública de ensino. A internet utilizada nas casas das e dos moradores é via rádio, necessita de utilização de antenas residenciais para recepção do sinal que é transmitido por uma torre. A opção de internet via rádio no Brasil nos meios rurais é uma possibilidade mais acessível pelos custos e pelo não congestionamento de sinais, como nos meios urbanos. No entanto, exige um custo de manutenção que nem sempre é oferecido pelas empresas que ofertam o serviço e problemas climáticos podem interferem nos sinais, como a chuva, que chega a anular.

Observamos que além da desigualdade entre o rural e o urbano existe uma exclusão naturalizada das e dos jovens que não ocorre apenas pelo poder público mas dos espaços e instituições que deveriam empoderar.

As políticas públicas são desenvolvidas através de uma leitura hegemônica em que caracteriza o local pelo global, partindo de uma relação verticalizada entre o poder público e a comunidade, assim como são baseadas em dados quantitativos, quantificando o uso e acesso as TIC e TDIC através de números e não qualificando as formas de uso e acesso destas.

Compreendemos que existe uma desigualdade de interesses quando se trata do rural, em relação ao urbano. Ocorre uma invisibilidade desses jovens, embora o governo federal ofereça programas e políticas voltadas a inclusão digital, o caminho percorrido entre estes até os locais se perde por não enxergar a diversidade.

A inclusão digital, em nosso entendimento, é mais que o saber manusear um equipamento, é ter acesso a vias de construção de cidadania e (re)conhecimento de direitos. As redes sociais no Brasil ainda são meios de luta e de acesso a informações que não são divulgadas pela grande mídia. Por se tratar de um espaço as vezes contra

hegemônico já existem movimentos na Câmara de Deputados de coibir a crítica a políticos nesses espaços digitais.

Na comunidade rural de Cachoeira Seca poucos são as e os jovens que têm acesso ao uso de tecnologia digital, devido ao custo e a falta de internet gratuita no local. Quem não tem acesso vive em posição desigual a quem tem, reproduzindo o jogo social do visível e invisível, dessa forma, o conhecimento e o poder hegemônico se legitima cada vez mais através das políticas públicas que não enxergam a diversidade cultural.

4. Referências

- ABRAMO, Wendel Helena. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** (eletrónico) Revista Brasileira de Educação, Nº5, 1997. Disponível em http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05_6 /RBDE 05_6_05 HELENA_WENDEL_ABRAMO.pdf
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo: A Transformação das Pessoas em Mercadorias.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BORDENAVE, Juan Enrique Diaz. **O que é Comunicação?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs). **Pesquisa Participante: O Saber da Partilha.** Aparecida, SP: 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A Doxa e a Vida Cotidiana: Uma Entrevista.** In.: ZIZEK, Slavoj (org). Um Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção Crítica Social do Julgamento.** Porto Alegre, Editora Zouk, 2007.
- BUROWAY, Michael. **The Extended Case Method.** Washington: Sociological Theory, 1998. Disponível em: <http://burawoy.berkeley.edu/Methodology/ECM.ST.pdf>
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e Cidadãos.** 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade.** Vol. 2. 2ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** Vol. 1. 6ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. **Os Jovens Estão Indo Embora?** Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2009.
- CGI. Documentos da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (livro eletrônico). Genebra 2003 e Túnis 2005/International Telecommunication Union. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014.
- CGI.
- DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania.** 10ª edição. Campinas, SP: Editora Papirus, 2007.
- ELIAS, Norbert. **Estabelecidos e Outsiders.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia.** Lisboa: Edições 70 Ltda, 2008.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?.** 7ª edição, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.
- HABERMAS, Jurgen. **Pensamento Pós-metafísico Estudos Filosóficos.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LEVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 2011.
- LEVY, Pierre. **O que é o Virtual.** São Paulo: Editora 34, 1996.
- LIRA, S.M. de.. **Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência.** In: REVISTA DE GEOGRAFIA. UFPE/DCG – NAPA, Recife, 2006.
- MARCONDES FILHO, C. J. R. **Até que Ponto, de Fato, nos Comunicamos?** São Paulo: Editora Paulus, 2004.

- MELUCCI, Alberto. **Por Uma Sociologia Reflexiva**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.
- MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton. (orgs) **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil**. Coleção Juventude. Série Estudos nº 1. Brasília, Presidência da República, NEAD/MDA e IICA 2014.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- RIBEIRO, L. M.. **Contribuições ao Estudo Institucional da Comunicação**. Teresina: EDUFPI, 1996.
- PAULO, Maria Assunção Lima de. **Juventude Rural: Suas Construções Identitárias**. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2011.
- PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Da Observação Participante à Pesquisa-Ação no Campo Comunicacional: Pressupostos Epistemológicos e Metodológicos**. In.: MELO, José Marques de.; GOBBI, Maria Cristina (orgs). **Pensamento Comunicacional Latinoamericano: Da Pesquisa-Denúncia ao Pragmatismo Utópico**. São Paulo: Umesp, 2004.
- PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Direito à Comunicação Comunitária, Participação Popular e Cidadania**. Revista Latinoamericana. ALAIC. Ano II. N. 3. Julio/Diciembre 2005.
- PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Internet e Democracia Comunicacional: Entre os Entraves, Utopias e o Direito à Comunicação**. MELO, José Marques de;
- RAMOS, Sérgio. **Tecnologias de Informação e Comunicação conceitos básicos**. (Eletrônico). Disponível em: http://livre.fornece.info/media/download_gallery/recursos/conceitos_basicos/TIC-Conceitos_Basicos_SR_Out_2008.pdf
- SATHLER, Luciano (orgs) **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernado do Campo: Umesp, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo**. 3º edição. São Paulo: Editora Cortez, 2010.
- SEBRAE. **Ideias de Negócios: Como Montar Um Serviço de Confecção**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ideias/como-montar-um-servico-de-confeccao,89387a51b9105410VgnVCM1000003b74010aRCRD>
- SELAIMEN, Graciela e LIMA, Paulo. **Cúpula Mundial sobre a sociedade da informação: um tema de todos**. Rio de Janeiro: RITS, 2004.
- SPENILLO, G. M. D. **Sociedades da Informação e o Direito à Comunicação**. In: Marcia karina da Silva; João Morais de Sousa. (Org.). **As Ciências Sociais em perspectiva**. Recife: EDUFRPE, v. 01, p. 05-332, 2011.
- SPENILLO, G. M. D. **Da Abordagem aos Procedimentos no Estudo de Jovens com Jovens Pesquisadores**. (p. 31 a 49). In.: SPENILLO, G. M. D. (org) **Juventude e Modos de Vida no Semiárido Pernambucano**. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2013.
- SPENILLO, G. M. D. **Comunicação. Informação. Comunicação?** (p.201 a 216). In.: SPENILLO, G. M. D. (org) **Juventude e Modos de Vida no Semiárido Pernambucano**. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2013.
- STROPASOLAS, Luiz Valmir. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. Florianópolis, Editora da UFSC, 2006.
- STROPASOLAS, Luiz Valmir. **Juventude: uma categoria social em construção**.
- SUDENE. **Semiárido**. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/area-de-atuacao-da-sudene/semiariado>

TAKAHASHI, Tadao. Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde. Brasília, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TAUK SANTOS, Maria Salett. **Inclusão Digital, Inclusão Social?**. Recife: Edições Bagaço, 2009.

TUNIS. **Agenda for the Information Society**. Publicado em 18 de novembro de 2005. Disponível em:

http://www.igfbrazil2007.br/docs/Important_DocumentsTunis_Agenda.pdf. Acesso em: 01 jul. 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. Revista sociedade e Agricultura, 15 de outubro de 2000. 87-145, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural**. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4

ARTIGO

Título: Jovens, Espaços Rurais e Meios Digitais
Title: Youths, Rural Areas and Digital Media

Linha de trabalho: Comunicación y Espacios Rural
Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo nº 4 junho-julho de 2016

Artigo aceito na convocatória de propostas de artigos científicos da Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo (RICD) para o número 4 junho-julho de 2016. Envio de resumo dentro do prazo de recebimento encerrado em 15 de abril de 2016. Confirmado o aceite, o envio de artigo original completo cumpriu o prazo conclusão antes de 1º de maio de 2016 no horário de Santiago de Compostela, Espanha.

JOVENS, ESPAÇOS RURAIS E MEIOS DIGITAIS

Aline Oliveira Bomfim – alineob@yahoo.com.br
Giuseppa M. D. Spenillo – gspenillo@yahoo.com.br
Universidade Federal Rural de Pernambuco-Brasil

Resumo: No contexto atual de processos de globalização [Santos, 2010], através das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), o exercício comunicativo ganha outras formas e provoca transformações nas relações sociais. No Brasil os principais adeptos às TDIC são os jovens, entre 15 e 29 anos. Destaque-se que os processos de inserção digital são desiguais, atendendo às estruturas de desigualdade que atingem o país. Desigualdades que se apresentam de modo acentuado em áreas rurais, e que remetem ao estudo das Políticas Públicas de inclusão digital. O artigo analisa a aplicação de tais políticas públicas junto a jovens em Cachoeira Seca, área rural de Pernambuco, pretendendo-se um estudo de caso estendido [Burawoy, 1998]. Buscou-se interpretar (des)encontros entre tais políticas públicas e as expectativas dos jovens por participarem nos espaços digitais. Os resultados apontam que as políticas públicas não atendem às demandas locais, por estarem generalizadas para o âmbito nacional.

Palavras-Chave: Juventudes, esferas digitais, espaços rurais, políticas públicas.

Abstract: In the current processes of globalization [Santos, 2010], through Digital Information and Communication Technologies (DICT), communicative exercises take other forms and cause changes in social relationships. In Brazil, the main supporters at DICT are the youth between 15 and 29 years. Highlight digital insertion processes are unequal, given the country inequality structures. Inequalities so pronounced in Brazil rural areas, which report the question to the Public Policies of digital inclusion. The article analyzes how applications of such public policies enclosure youth in *Cachoeira Seca*, a rural area in Pernambuco/Brazil Northeast, trying an extended case study [Burawoy, 1998]. It aims to generate interpretations about possible meetings between such public policies and youth expectations for participating in digital spaces. Results show that public policies do not attend to local demands, since they are generalized to a nation scope.

Key words: Youths, digital spheres, rural areas, Public Policies.

Introdução

Este artigo é resultado de um estudo desenvolvido a partir de inquietações sobre juventude, políticas públicas e inclusão digital, percebidas durante a execução o projeto: *Inclusão Social e Desenvolvimento Local através do Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação* em Cachoeira Seca, comunidade pertencente ao segundo distrito rural da cidade de Caruaru, localizada no agreste e semiárido de Pernambuco, um dos vinte e sete estados brasileiros.

A chamada pública intitulada: *Apoio à Capacitação no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação para Juventude Rural*, realizada pelo Ministério das

Comunicações (MC) através da Secretaria de Inclusão Digital (SID) com intermédio da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) selecionou projetos de extensão propostos por Universidades Federais e Institutos Federais de Ensino Superior (IFES), visando à inclusão digital e o aprofundamento de ações para o fortalecimento da institucionalização das políticas públicas de inclusão digital. Os principais objetivos da chamada foram: formação e capacitação da juventude rural no uso das TIC, respeitando a diversidade cultural e regional; qualificação e ampliação do número de conexões e equipamentos para acesso à internet em áreas rurais e remotas; ampliação e acessibilidade aos serviços públicos e às ações de cidadania nas áreas rurais e remotas e estímulo da atuação pautada na cidadania e na função social da educação superior. Dessa forma, foram construídas oficinas, com linguagens e técnicas diversas, direcionadas as demandas locais das e dos jovens de Cachoeira Seca.

Com o crescente número de usuários de jovens das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, busca-se compreender as políticas públicas de inclusão digital, para jovens no contexto rural, vigentes no país. Quais expectativas das e dos jovens são atendidas? De onde se parte quando se estabelece uma política pública de inclusão digital? Quais especificidades das e dos jovens moradores em áreas rurais são contempladas e o que fica silenciado, ausente, invisível?

Neste artigo utilizamos como parâmetro de estudo para categoria juventude o corte etário de 15 a 29 anos de idade do Estatuto da Juventude, Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Para nos aproximarmos dos jovens de Cachoeira Seca, visando as políticas públicas de inclusão digital nos espaços rurais, devemos compreender como se configuram suas identidades locais e quais os contextos que as constituem.

Parte-se da noção de estudo de caso estendido, por meio da observação participante (BUROWAY, 1998), para compreender a relação intersubjetiva entre pesquisador e participante (MELUCCI, 2005), a necessidade de aproximação entre estes (ELIAS, 2008) e a troca de saberes para construção de novos conhecimentos e novas práticas sociais (SANTOS, 2010) desconstruindo e/ou (re)construindo paradigmas hegemônicos, nos motes dos processos de globalização (SANTOS, 2010).

Percebe-se hoje uma realocação da informação e das relações comunicativas, reorganizadas pela presença das TDIC na vida cotidiana, particularmente das e dos jovens, mesmo em espaços rurais afastados dos centros urbanos e das redes de serviços, públicas ou privadas. Nesse sentido, as políticas públicas aparecem como respostas a anseios coletivos e individuais – enquanto novos habitus (ELIAS, 2000) por

participação nas dinâmicas e sentidos de inclusão social, nomeadamente a inclusão digital. No entanto, dada a generalidade de tais políticas, conforme se verá a seguir, jovens em espaços rurais brasileiros têm encontrado poucas respostas a suas demandas por participação nos meios digitais.

1. Problematizando o método como ponto de partida

A metodologia apresentada neste trabalho emerge de preferências epistemológicas insurgentes, a partir de alternativas contra hegemônicas de estudos e práticas que valorizem, reconheçam, produzam, motivem e traduzam novos saberes e experiências na academia. Essas alternativas buscam apresentar novos olhares e discursos por meio da troca de experiência e saberes, construída na pesquisa de campo através da comunicação/interação entre pesquisadores e pesquisados.

O método de caso estendido, proposto por Michael Buroway (1998), surge de uma ciência reflexiva, que entende o lugar de pesquisa como algo complexo e que necessita de engajamento do pesquisador e não de distanciamento ou uma suposta neutralidade científica. O método de caso estendido utiliza a observação participante, buscando a compreensão daquilo que se estuda através da contextualização do espaço e do tempo. A interação entre o pesquisador e o pesquisado parte de uma relação intersubjetiva, em que o pesquisador se insere no contexto do pesquisado, interage e participa com os nativos locais. Nesse sentido, como forma de imersão no campo, nos instalamos em uma casa a fim de nos aproximarmos dos moradores locais e termos um ponto de referência na comunidade. Nos informávamos dos principais acontecimentos e interagíamos em idas a pontos comerciais, como mercado, farmácias ou simplesmente em andanças no local.

Apesar do método de caso estendido e a observação participante terem sido desenvolvidos na antropologia, mais especificamente na etnografia, a sociologia reflexiva de que trata Alberto Melucci (2005) conduz o cientista social a uma leitura da ciência mais próxima da realidade, pois não há neutralidade absoluta. A sociologia reflexiva reconhece como um encontro intersubjetivo, uma troca de experiências e saberes, conduzida pelas relações racionais e emocionais entre pesquisador e pesquisado.

Para Norbert Elias (2008) a importância da aproximação entre pesquisador e pesquisado se deve ao reconhecimento do “outro” como semelhante, sendo este, parte da sociedade do qual estamos inseridos. Segundo Elias (2008) a exteriorização do outro,

esse olhar sobre o “outro” como algo externo a mim, é uma tentativa de afastamento e objetificação do sujeito, em que não é levado em consideração sua complexidade, ou seja, sua subjetividade e as configurações das quais está imerso. Logo não há afastamento ou neutralidade, pois, fazemos parte das mesmas estruturas sociais, só que configuradas diferentes. No sentido de focar em uma aproximação da comunidade, buscamos nas oficinas identificar as carências locais, e dentre elas ficou evidente a falta de opção e espaços de lazer.

Realizamos no período das oficinas, apresentações de filmes (curtas de animação) em locais indicados por moradores. Elas e eles contribuíam alocando cadeiras, acomodando as e os jovens e ajudando na instalação dos equipamentos para as exposições. As mostras de filmes é parte das nossas estratégias de trabalho e combinou com uma das necessidades locais, a do lazer, conforme dito anteriormente. Um dos jovens, durante as oficinas, relatou: “aqui em Cachoeira não tem nada pra fazer, se a gente quiser se divertir tem que ir pra Caruaru” e os outros jovens confirmaram essa deficiência local de lazer reivindicando quadras de esportes e ainda atividades de cinema e teatro.

Na tentativa de quebrar com esses paradigmas hegemônicos, desfazendo a relação hierárquica entre pesquisador e pesquisado, Boaventura de Sousa Santos (2010) propõe a troca de saberes. A troca de saberes emerge das experiências sociais (relações intersubjetivas) e resultam em novos discursos e narrativas sobre o mundo. Dessa forma, o pesquisador não está construindo discursos sobre o que observa ou narrando acontecimentos e práticas, mas dando voz ao sujeito pesquisado.

Durante as oficinas as e os jovens nos faziam questionamentos sobre de onde morávamos, estudávamos e trabalhávamos, como nos divertíamos e para responder levávamos fotos do grupo, da universidade, familiares, conversávamos no intuito de instigar nossas semelhanças e não realçar nossas diferenças.

Nesse sentido, Paulo Freire (1983) critica a relação hierárquica ou de estrutura vertical, no ato de extensão rural, conforme praticado pelas agências de fomento ao desenvolvimento – onde pode-se perceber as políticas públicas de inclusão atuais. Para Freire, “quem estende, estende alguma coisa” (p. 11), ou seja, “a extensão de seus conhecimentos e de suas técnicas” (p. 11) é uma ação de fora para dentro e não uma relação de troca. Freire (1983) considera que o extensionista tradicional não busca compreender o contexto de espaço e tempo do local e sujeitos pesquisados, ele apenas sobrepõe seu conhecimento, tentando persuadir ou domesticar. A saída, para o autor,

seria a comunicação, quando desfaz a verticalização entre os sujeitos e permite uma relação horizontal de intersubjetividade, reciprocidade e participação, numa interação *dialógica-comunicativa*.

Cachoeira Seca: Configurações de um Rural

Cachoeira Seca pertence ao segundo distrito rural de Caruaru¹⁵, município de Pernambuco localizado a 135km da capital, Recife. Caruaru está no semiárido pernambucano, bioma característico no Brasil principalmente pela escassez de chuvas, o que remete a população à necessidade de outras fontes de produção econômica que não somente a agropecuária. Como parte integrante do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, que inclui seus vizinhos Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, são impulsionados pela produção da indústria têxtil a utilização da mão de obra local, que em sua maioria não é qualificada e muito menos garantida em direitos.

Figura 01. Outdoors de publicidade de marcas de roupas na estrada.



Fonte: Arquivos Equipe COMUDI.

Há em Cachoeira Seca dois assentamentos do Movimento de Trabalhadores Rurais e Sem Terra (MST) nas redondezas um pouco afastados do sítio – assentamento Cachoeira Seca com 113 assentados, sendo 54 do sexo feminino e 59 do sexo

¹⁵ Quatro distritos: Caruaru 291.371 habitantes (154.107 sexo feminino – 137.264 sexo masculino); Carapotós 17.038 habitantes (8413 sexo feminino - 8625 sexo masculino); Gonçalves Ferreira 5.139 habitantes (2582 sexo feminino – 2557 sexo masculino); Lajedo do Cedro 1.364 (657 sexo feminino – 707 sexo masculino). Dados do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

masculino; e o assentamento Veada Morta com 117 assentados sendo 81 do sexo feminino e 90 do sexo masculino¹⁶. O sítio Cachoeira Seca, onde realizou-se a pesquisa tem 2008 habitantes, sendo 1036 do sexo feminino e 972 do sexo masculino, conta com 01 escola municipal – que atende outras comunidades vizinhas do mesmo distrito – 01 posto de atendimento de saúde - composto por 06 funcionárias: 03 agentes comunitárias, 01 médica, 01 enfermeira e 01 técnica em enfermagem – 09 igrejas das quais 02 são de denominação católica e 07 são evangélicas.¹⁷ No mais, a localidade tem alguns lugares onde se pode comprar desde utensílios domésticos, alimentos, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, uma farmácia, bares, pequenas lojas de roupas e na maioria, senão todas, as casas facções de jeans – improvisadas nos cômodos das casas com máquinas que vão desde as domésticas às industriais (facções; fabricos; confecções)¹⁸.

Conforme relatos dos moradores, o sítio de Cachoeira Seca, como é conhecida na jurisdição administrativa municipal de Caruaru, surge a partir de uma cachoeira que só existia quando havia enchentes. Os moradores locais sobreviviam da agricultura (algodão; milho; feijão; abóbora; casas de farinha) ou do corte de cana na Zona da Mata Sul¹⁹. No entanto com o aumento na escassez de chuvas, típico do clima semiárido, com o crescimento da *feira da sulanca*²⁰ de Caruaru e a chegada das fábricas têxtil, a agricultura foi dando lugar outras formas de sustento econômico.

As facções, fabricos, confecções são prestadores de serviço a empresas do setor têxtil, podem ser formalizados ou não, neste caso em Cachoeira Seca - como ocorre em outros lugares na região do Polo de Confecções de Pernambuco - as atividades não são regularizadas, as famílias trabalham informalmente, não possuem direitos trabalhistas, carteira assinada, salário ou auxílios médicos. O pagamento é estimado por produção, por quantidade de peças, o que resulta em jornadas indeterminadas de trabalho e a distribuição para demais membros da família, como os jovens.

¹⁶ Dados do relatório das Áreas de Abrangência da Residência Multiprofissional em Saúde da Família com ênfase na Saúde da População do Campo.

¹⁷ Dados do relatório do Posto de Saúde de Cachoeira Seca em fevereiro de 2015.

¹⁸ “Facção é o nome dado às confecções que prestam serviços para empresas do ramo que possuem marca própria e foco na comercialização, dentro da cadeia produtiva do setor têxtil. Em geral uma facção não vende seus produtos diretamente no varejo, realizando somente trabalhos de corte, montagem e acabamento de peças do vestuário para outras confecções” (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE).

¹⁹ Microrregião da Mata Meridional Pernambucana (Zona da Mata Sul): Municípios: Palmares, Escada, Sirinhaém e Barreiros.

²⁰ “Santa Cruz do Capibaribe foi o pioneiro na produção de ‘Sulanca’ da região, tentando encontrar uma solução para a crise agrícola. Sulanca é uma corruptela das palavras sul e helanca, pois identificava os tecidos de helanca vindos do sul do país. Iniciando-se no final da década de 40 e início de 50, tinha uma produção artesanal” (LIRA, 2006).

As facções são predominantemente conduzidas por mulheres, os homens estão concentrados em outros setores como no transporte das produções, na segurança das empresas e fábricas, no conserto das máquinas, no comércio, dentre outros. O envolvimento de jovens no ramo da costura se inicia cedo, pois essa realidade está presente dentro de suas casas e é estendida para outros meios, o que começa com uma “ajuda” acaba se tornando profissão.

A aproximação dos jovens de Cachoeira Seca se deu por meio das atividades do projeto de inclusão digital na Escola Municipal José Clemente de Souza e dos demais nativos locais pelos funcionários do Posto de Saúde, com dados da população, informações sobre os serviços prestados e intermediação da interação com alguns moradores em suas casas.

A Escola Municipal José Clemente de Souza possui 48 funcionários e um total de 755 alunos distribuídos em: 71 na pré-escola ou educação infantil; 209 nos anos iniciais do ensino fundamental (1º a 4º série ou 1º ao 5º ano); 397 nos anos finais do ensino fundamental (5º a 8º série ou 6º ao 9º ano) e 78 na educação para jovens e adultos (EJA - supletivo). Esta escola pública é uma das 90 que atende estudantes de Cachoeira Seca e de outras localidades rurais circunvizinhas pertencentes à Caruaru.²¹

Há um laboratório de informática conquistado através do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo)²² criado pelo Ministério da Educação (MEC) que visa promover o uso pedagógico de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas redes públicas de educação básica. O ProInfo distribui e instala laboratórios de informática, recursos digitais e conteúdos educacionais nas escolas e garante manutenção durante três anos, em compensação as prefeituras e governos estaduais devem garantir a estrutura adequada e capacitar os educadores para os equipamentos, assim como devem se responsabilizar para a conservação dos mesmos passado o prazo de três anos, o que não ocorre.

Segundo relato dos jovens e outros moradores locais não há transporte público – o que há são serviços improvisados de caminhonetes ou motos particulares – má qualidade na estrutura escolar – como creches, ensino médio, computadores com acesso à internet para uso dos alunos, biblioteca, laboratório e equipamentos de experimentos científicos, quadra e equipamentos esportivos – e ausência espaços de lazer - como quadras esportivas, praças de convivência com equipamentos e atividades de ginástica,

²¹ Dados QEDU: <http://www.qedu.org.br>

²² Dados do Portal do MEC: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=236>

cinema, teatro – o que resultaria no aumento da violência, gravidez na adolescência, formação familiar antes dos 18 anos, e interesse cedo pelo trabalho, a fim de alcançar independência financeira e poder ter acesso à serviços, módulos avançados de ensino/educação e espaços de lazer em outras localidades, principalmente no centro de Caruaru.

Está também presente nas falas dos jovens o não reconhecimento do pertencimento de naturalidade/gentílico à Caruaru, como se o município fosse formado apenas pela parte urbana central. Podemos relacionar essa percepção de não reconhecimento/pertencimento ao distanciamento do poder público e a relação dicotômica de afastamento, dominação e/ou opressão entre rural e urbano, como atrasados e avançados.

A escassez ou ausência de políticas públicas que estimulem o empoderamento, o exercício da cidadania, a garantia de direitos e ao desenvolvimento local prejudicam o processo de construção de uma sociedade mais justa. Desta forma lugares como Cachoeira Seca, que não estão no epicentro dos interesses econômicos, mas que ainda sim fazem parte dele, alcançam apenas as pontas ou os restos, servem como peças descartáveis e quase invisíveis.

Figura 02. Antenas parabólicas nas casas em Cachoeira Seca.



Fonte: Arquivos Equipe COMUDI.

As antenas parabólicas nas casas em Cachoeira Seca transmitem uma programação nacional dos monopólios midiáticos de centros urbanos do país. A programação local pertence ao centro urbano de Caruaru que também é gerada através de grandes emissoras de televisão e não alcança os aparelhos em Cachoeira Seca. Em um mundo em que a sociedade está cada vez mais conectada em redes através das

Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, Cachoeira Seca parece desconectada dessas transformações. As transformações nas relações sociais são inevitáveis e visíveis, mas os processos de acesso e uso são desiguais. Se direitos básicos não são garantidos, a cidadania só consegue ser exercida por meio do voto e o processo de empoderamento é apenas financeiro, de que adianta o acesso a bens de consumo? Que tipo de inclusão é ofertada? Essa falsa sensação de inclusão, empoderamento ou cidadania é “vendida” ou melhor, mercantilizada pelo consumo.

Juventude no Rural: Jovens de Cachoeira Seca e as TIC

Tomamos como ponto de partida as (re)construções das identidades nas leituras de Stuart Hall (2006) e Manuel Castells (1999a), para estes autores ocorre com os processos de aceleração de globalização causando transformações nas relações sociais. As (re)construções identitárias são processos contínuos que ocorrem na diversidade cultural, nas desigualdades sociais, nos conflitos marcados por relações de poder.

Com o aumento do acesso e usos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, por jovens (15 a 29 anos) no Brasil, as demandas de relações de troca entre global e local são potencializadas e amplificadas.

Conforme Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2001) o espaço rural brasileiro está integrado à sociedade brasileira e às relações internacionais, não se tratando, portanto de um lugar isolado. Porém, a autora ressalta que se trata de um local que tem “particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba” (Wanderley, 2001, p.3).

No momento em que propomos um estudo sobre a inclusão/exclusão digital e social dos jovens pesquisados, temos que estar atentos às suas singularidades, pois se tratam de atores sociais que também convivem com o urbano, e carregam consigo paradigmas históricos negativos. Para Elisa Guaraná Castro (2009) a juventude rural se torna invisível quando a leitura realizada sobre ela é reducionista, tratando apenas do problema da migração do campo para a cidade. Castro (2009) alerta que existem fatores complexos que influenciam no processo de decisão entre ficar no campo ou sair para os grandes centros urbanos, resultando em uma construção confusa da categoria juventude rural.

Em nossa experiência com as e os jovens locais, percebemos que eles não se identificam como jovens rurais, no entanto, identificam o urbano – centro de Caruaru –

como local diferente do seu. Na oficina de fotografia, onde atuamos diretamente, um dos jovens comentou que “as coisas só acontecem em Caruaru, aqui a gente só estuda e trabalha”. Compreendemos que a não identificação dos jovens rurais de Cachoeira Seca como rurais, ocorre principalmente pela proximidade a cidade de Caruaru (onde tudo acontece) e ainda, por entender que o ser jovem rural o distancia mais que do ser jovem urbano de Caruaru.

A partir dessas complexidades e dinâmicas sociais, as e os jovens, no processo de transição para a chamada vida adulta, não estão preparados, pois essa mudança não se trata de uma escolha, mas de uma consequência dentro das relações sociais no mundo globalizado (ELIAS, 1994). Esta transição é marcada pelas referências socioculturais que refletem as cobranças do amadurecimento para essa *nova vida*. No mundo contemporâneo, parte das cobranças e das identidades sociais se coloca e significa nos meios digitais e nas habilidades e competências para estar neles.

2. Tecnologias digitais, comunicação e inclusão

A introdução TDIC em nosso dia-a-dia está relacionada à revolução da informática, à necessidade de expansão do mercado, ao desenvolvimento industrial e econômico, a um novo paradigma de modernidade (tempo e espaço), a ideia de uma sociedade em rede e/ou sociedade de informação/conhecimento (CASTELLS, 1999b), assim como uma cibercultura (LEVY, 1999) para o novo milênio que universalize valores e práticas sociais e contextualize as relações entre o global e o local (SANTOS, 2010).

Se a comunicação viabiliza a formação e a permanente transformação da sociedade, uma vez que através dela os indivíduos se constituem, socializando-se, formando grupos, construindo identidades e as mais diversas formas de representações sociais, então a comunicação nos meios digitais maximizaria as possibilidades de estar e transformar as condições em sociedade. Como pensar isto para os espaços rurais brasileiros? Como pensar a juventude nos contextos rurais?

Os espaços rurais assim como as juventudes nestes contextos carecem de empoderamento, para que as políticas públicas sejam construídas através das configurações e demandas locais.

Figura 03. Atividades do projeto com os jovens.



Fonte: Arquivos Equipe COMUDI.

Hoje, no contexto da globalização econômica, política, social e cultural, o exercício da comunicação ganhou novos meios e práticas, com as tecnologias de informação e comunicação, especialmente as digitais (TDIC) ocupando um lugar importante neste processo.

Nesse ambiente, as TIC como ferramenta para o exercício da comunicação e informação poderão contribuir na fomentação de debates sobre direito, cidadania e inclusão social/digital, promovendo assim, a construção de sujeitos sociais capazes de se situar e atuar de forma contundente em seus espaços de vida.

Com o avanço do processo de inserção, cada vez mais rápido, de tais tecnologias digitais em nosso dia-a-dia, estabelecemos nossas relações a partir da dependência delas para interagirmos. Como por exemplo, o uso crescente das redes sociais e aplicativos na internet, que facilitam a troca de informações e dados em tempo real, em vários espaços/lugares do mundo, com o maior número de pessoas possíveis. Outra facilidade é o acesso a informações nos sites de busca e a repartição de atividades realizadas ao mesmo tempo, distribuídas em “janelas/abas”. É fato que tais ferramentas contribuam para algumas situações de introdução de atores sociais em determinados espaços/lugares, mas o processo não é igual para/com todos.

Anterior ao processo de inserção das TDIC nas relações sociais, outros processos se deram, de forma analógica, como os correios, telegrafo, rádio, fotografia, cinema e a televisão, que por sua vez transformaram as formas de acesso à informação e a comunicação. As tecnologias anteriores as TDIC também revolucionaram as formas de se relacionar intersubjetivas e objetivas em sociedade, assim como sua estrutura e

organização, estabelecendo novos meios e maneiras de trocas, fosse de informação ou por meio da comunicação.

Segundo Spenillo (2011), as formas de comunicação atual se devem às transformações sociais sofridas ao longo das sociedades modernas, que estão presentes nas várias esferas sociais. No entanto essas mudanças são intensificadas pelas crises (financeira global e ambiental) e conflitos (exclusão social e cultural de conhecimento, riqueza e poder) que caracterizam a primeira década do século XXI. A presença das TDIC, nas relações sociais provocam novas práticas coletivas de informação e comunicação, produzindo novas redes sociais.

As redes digitais reproduzem antigas formas de organização humana, porém produzidas a partir da necessidade de novas práticas de comunicação, a fim de atender as demandas sociais, econômicas, políticas e ambientais que surgiram a partir da crise do capitalismo no final do século XX.

Segundo Castells (1999b), essa nova estrutura social coloca o sujeito que não está inserido nas redes digitais, como um excluído socialmente, o que gera um novo processo de desigualdade social, em que a partir do acesso a tecnologia digital de uns, provoca-se a exclusão de outros – os que não possuem acesso e/ou praticam o uso. A partir dessa leitura nos remetemos à questão do direito à comunicação, discorrendo de que maneira este direito é efetivo ou legitimado dentro do universo dos atores pesquisados.

Portanto quando nos remetermos aos jovens de Cachoeira Seca, colocamos em questão se eles têm possibilidades de alcançarem e exercerem o direito à comunicação. Conforme apresentado anteriormente, nas configurações locais, observamos que como jovens de zona rural eles sofrem com precariedades como o fornecimento de saneamento, coleta do lixo, transporte, internet, entre outros serviços básicos já equacionados pelas condições gerais de vida em sociedade e ofertados à grande maioria da população mundial. Diante desse cenário, qual a possibilidade para que esses jovens realmente exerçam à comunicação, se eles não possuem acesso a direitos básicos?

É nesse contexto que as redes virtuais/digitais possibilitam a reconfiguração das múltiplas esferas públicas em que estão inseridos os atores sociais em questão, os jovens de Cachoeira Seca através de suas formas de organização e de configuração diante do uso e acesso a TIC.

Conforme Tauk Santos (2009), a inclusão digital pode significar democratização e universalização, da informação e da tecnologia, assim como há na sociedade

contemporânea uma crença de que são sinônimos de melhoria das condições de vida. Se partimos da primeira ideia, entendendo a inclusão digital como processo, a democratização, dependeria do contexto principalmente político e econômico, quanto a universalização, esta dependeria do contexto de universalidade do processo de inclusão, o que na prática não acontece.

3. Conclusões

Durante o processo de pesquisa compreendemos a distância entre as propostas das políticas públicas de inclusão digital para jovens no contexto rural e a realização das mesmas. Na comunidade de cachoeira Seca, embora tenhamos seguido uma prática dentro da metodologia proposta, a falta de estrutura local foi um obstáculo para chegarmos a incluir esses jovens no mundo digital.

A ausência de redes de internet pública, pois o único espaço coletivo público, a escola, não disponibiliza acesso a rede wifi para as e os jovens. O acesso a rede wifi é restrito aos professores, pois, esta foi contratada a partir de uma contribuição entre eles e não da infraestrutura da rede pública de ensino. Observamos que além da desigualdade entre o rural e o urbano existe uma exclusão naturalizada das e dos jovens que não ocorre apenas pelo poder público mas dos espaços e instituições que deveriam empoderar.

As políticas públicas são desenvolvidas através de uma leitura hegemônica em que caracteriza o local pelo global, partindo de uma relação verticalizada entre o poder público e a comunidade, assim como são baseadas em dados quantitativos, quantificando o uso e acesso as TIC e TDIC através de números e não qualificando as formas de uso e acesso destas.

Compreendemos que existe uma desigualdade de interesses quando se trata do rural, em relação ao urbano. Ocorre uma invisibilidade desses jovens, embora o governo federal ofereça programas e políticas voltadas a inclusão digital, o caminho percorrido entre estes até os locais se perde por não enxergar a diversidade.

A inclusão digital, em nosso entendimento, é mais que o saber manusear um equipamento, é ter acesso a vias de construção de cidadania e (re)conhecimento de direitos. As redes sociais no Brasil ainda são meios de luta e de acesso a informações que não são divulgadas pela grande mídia. Por se tratar de um espaço as vezes contra hegemônico já existem movimentos na Câmara de Deputados de coibir a crítica a políticos nesses espaços digitais.

Na comunidade rural de Cachoeira Seca poucos são as e os jovens que têm acesso ao uso de tecnologia digital, devido ao custo e a falta de internet gratuita no local. Quem não tem acesso vive em posição desigual a quem tem, reproduzindo o jogo social do visível e invisível, dessa forma, o conhecimento e o poder hegemônico se legitima cada vez mais através das políticas públicas que não enxergam a diversidade cultural.

Referências Bibliográficas

- CASTELLS, Manuel. (1999a) *O Poder da Identidade*. Vol. 2. 2ª Edição. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTELLS, Manuel. (1999b) *A Sociedade em Rede*. Vol. 1. 6ª Edição. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. (2009) *Os Jovens Estão Indo Embora?* Rio de Janeiro: Editora Mauad.
- BUROWAY, Michael. (1998) *The Extended Case Method*. Washington: Sociological Theory. Disponível em: <http://burawoy.berkeley.edu/Methodology/ECM.ST.pdf>
- ELIAS, Norbert. (2000) *Estabelecidos e Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ELIAS, Norbert. (2008). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70 Ltda.
- ELIAS, Norbert. (1994). *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FREIRE, Paulo. (1983). *Extensão ou Comunicação?*. 7ª edição, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- HALL, Stuart. (2006). *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- LEVY, Pierre. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.
- LIRA, S.M. de. (2006). *Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência*. In: REVISTA DE GEOGRAFIA. UFPE/DCG – NAPA, Recife.
- MELUCCI, Alberto. (2005). *Por Uma Sociologia Reflexiva*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (2010). *A Gramática do Tempo*. 3ª edição. São Paulo: Editora Cortez.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PESQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. *Ideias de Negócios: Como Montar Um Serviço de Confecção*. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ideias/como-montar-um-servico-de-confeccao,89387a51b9105410VgnVCM1000003b74010aRCRD>
- SPENILLO, G. M. D.. (2011). *Sociedades da Informação e o Direito à Comunicação*. In: Marcia karina da Silva; João Morais de Sousa. (Org.). *As Ciências Sociais em perspectiva*. Recife: EDUFRPE, v. 01, p. 05-332.
- TAUK SANTOS, Maria Salett. (2009). *Inclusão Digital, Inclusão Social?*. Recife: Edições Bagaço.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. (2000). *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo*. Revista sociedade e Agricultura, 15 de outubro de 2000. 87-145.